



**MARIA RACHEL VITORINO**

**COMPREENSÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA  
NA IMPLANTAÇÃO DE ATIVIDADES DE  
LAZER EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:  
RE-CRIANDO CAMINHOS**

**LAVRAS - MG**

**2015**

**MARIA RACHEL VITORINO**

**COMPREENSÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA IMPLANTAÇÃO  
DE ATIVIDADES DE LAZER EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:  
RE-CRIANDO CAMINHOS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, área de concentração em Ecologia, para a obtenção do título de Doutora.

Orientador

Dr. Marco Aurélio Leite Fontes

**LAVRAS – MG**

**2015**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca  
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Vitorino, Maria Rachel.

Compreensão entre teoria e prática na implantação de  
atividades de lazer em Unidades de Conservação: re-criando  
caminhos. / Maria Rachel Vitorino. – Lavras : UFLA, 2015.  
92p. : il.

Tese(doutorado)–Universidade Federal de Lavras, 2015.  
Orientador(a): Marco Aurélio Leite Fontes.  
Bibliografia.

1. Teoria Fundamentada. 2. Plano de Manejo. 3. Atividades de  
Lazer. 4. Parques. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

**MARIA RACHEL VITORINO**

**COMPREENSÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA IMPLANTAÇÃO  
DE ATIVIDADES DE LAZER EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:  
RE-CRIANDO CAMINHOS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, área de concentração em Ecologia, para a obtenção do título de Doutora.

APROVADA em 16 de julho de 2015.

Dra. Rosângela Alves Tristão Borém.	UFLA
Dr. Sandro Fernandes da Silva.	UFLA
Dr. Ferdinando Filetto.	UFMT
Dr. Anderson Alves Santos.	IFMG

Dr. Marco Aurélio Leite Fontes  
Orientador

**LAVRAS – MG**

**2015**

A família que pude escolher e às famílias que me escolheram.

**DEDICO**

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Lavras (UFLA) e ao Departamento de Ciências Florestais, pela oportunidade concedida para a realização do doutorado.

Ao Departamento de Educação Física, pelo apoio na realização deste trabalho e crescimento pessoal e, em especial, ao amigo e coordenador do curso de Educação Física Luiz Henrique Maciel.

Aos membros do Núcleo de Estudos em Unidades de Conservação (NEUC), pelo apoio e contribuições para a pesquisa.

Aos professores do programa, pelos ensinamentos transmitidos e harmoniosa convivência.

Ao professor orientador Dr. Marco Aurélio Leite Fontes, pelo carinho, amizade e oportunidade de realização deste trabalho.

Aos professores das bancas de qualificação e defesa de tese, pelas contribuições, profissionalismo e dedicação.

Aos amigos do coração Coruja e Ferdinando e, em especial, a amiga de todas as horas, Andréa.

“Diante dos grandes enigmas do Universo, as teorias científicas se sucedem, cada vez mais racionais e criteriosas, sem, contudo diminuírem a ideia de que existe um Supremo Arquiteto”.

Saavedra Fontes

## RESUMO

O presente estudo investigativo teve como objetivo compreender a relação entre teoria (Plano de Manejo - PM) e prática do uso público (Atividades de Lazer - AL) em Unidades de Conservação ao sul do Estado de Minas Gerais - Brasil. Em virtude da escassez de dados concretos sobre a compreensão entre teoria e prática na implantação de atividades de lazer, acredita-se que este estudo possa orientar para a descoberta de regularidades que permitirão identificar categorias da ação, suas propriedades e conexões que conduzirão à elaboração de uma formulação conceitual para a implantação de atividades de lazer para uso público, formulação esta que explicitará o processo das escolhas destas atividades pelos chefes de Unidades de Conservação. A metodologia utilizada foi a Teoria Fundamentada, para tanto, a entrevista foi o instrumento para a coleta de dados seguido da codificação, categorização e a redação final, na intenção de se chegar a uma teoria sobre o fenômeno analisado. As categorias emergentes estão relacionadas à caracterização, implantação e gerenciamento das atividades de lazer, onde estas não se relacionam com a teoria, pois funcionam de formas isoladas dentro das Unidades de Conservação. O esquema teórico emergente conclusivo se constitui como um Plano de Manejo e Atividades de Lazer: nem teoria, nem prática, um modelo insustentável.

Palavras-chave: Teoria Fundamentada. Plano de Manejo. Atividades de Lazer. Parques.

## **ABSTRACT**

The present study had as objective investigative understand the relation between theory (management plan-MP) and practice of public use (leisure activities-LA) in protected areas to the South of Minas Gerais State-Brazil. Due to the scarcity of data about the understanding between theory and practice in the implementation of leisure activities, it is believed that this study can guide to the discovery of regularities which will make it possible to identify categories of action, its properties and connections that will lead to the elaboration of a conceptual formulation to the implementation of leisure activities for public use, this formulation that will explain the process of the choices of these activities by heads of conservation units. The methodology used was Grounded Theory, the interview was the instrument for data collection followed by coding, categorizing and the final writing, in order to come up with a theory about the phenomenon. The emerging categories are related to the characterization, deployment and management of leisure activities, where these do not relate to the theory because it works isolated forms within the protected areas. The emerging theoretical scheme conclusive is a management plan and leisure activities: neither theory nor practice, an unsustainable model.

Keywords: Grounded Theory. Management Plan. Leisure Activities. Parks.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Categorias de Unidades de Conservação .....	20
Figura 2	Diferentes tipos de práticas encontradas nas UC .....	22
Figura 3	Teoria Fundamentada nos Dados .....	38
Figura 4	Análise sistemática de dados .....	39
Figura 5	Síntese dos passos da <i>Grounded Theory</i> .....	40
Figura 6	Processo de análise dos dados.....	43
Figura 7	Categoria: Caracterização.....	56
Figura 8	Categoria: Implantação.....	62
Figura 9	Categoria: Gerenciamento .....	66
Figura 10	Esquema teórico: Plano de Manejo e Atividades de Lazer: nem teoria, nem prática, um modelo insustentável.....	71
Figura 11	Plano de Manejo e Atividades de Lazer: teoria e prática, um modelo sustentável .....	72

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFAN	Atividades Físicas de Aventura na Natureza
AL	Atividade de Lazer
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LCS	<i>Landscape Classification System</i>
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MUMPS	Múltiplo Uso do Sistema de Planejamento de Gestão
PAE	Plano de Ação Emergencial
PARNAS	Parques Nacionais
PM	Plano de Manejo
ROS	<i>Recreational Opportunity Spectrum</i>
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SPI	Sistema de Indicadores Boa Prática
UC	Unidades de Conservação

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO .....	18
2.1	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) .....	18
2.2	Categorias de Unidades de Conservação .....	19
2.3	Lazer e Recreação .....	23
2.3.1	Recreação .....	27
2.4	O uso de parques para a prática recreativa de lazer .....	29
2.5	Gerenciamento .....	34
3	METODOLOGIA .....	37
3.1	Método da Teoria Fundamentada - TF ( <i>GroundedTheory</i> ) .....	37
3.2	Amostra .....	40
3.3	Procedimentos .....	41
3.4	Análise de Dados .....	42
3.5	Elaboração do Esquema Teórico .....	44
3.6	Redação da Teoria .....	45
3.7	Cuidados Éticos .....	46
4	RESULTADOS .....	47
4.1	Processo de análise dos dados .....	47
4.1.1	Existência ou não das atividades de lazer na UC .....	48
4.1.2	Descrições de quais são as atividades de lazer na UC .....	48
4.1.3	Se as atividades estão inseridas no PM e quando foi sua última atualização .....	49
4.1.4	Documento em que se baseia para implantação das AL. Qual seria esse documento? Documento é suficiente para ajudá-lo? Não se baseia: quais os critérios/métodos usados? .....	50
4.1.5	Ajuda de outros profissionais? .....	51
4.1.6	Fale sobre as dificuldades e/ou facilidades da implantação dessas atividades na UC .....	51
4.1.7	A organização das AL contemplou os usos históricos da área antes de ser UC? .....	52
4.1.8	Você acha que uma consulta aos usuários poderia ajudar na sua decisão de qual atividade implantar? .....	53
4.1.9	Fale o que significa para você gerenciar essas atividades .....	53
4.1.10	Como você identifica a relação teoria e prática do uso das AL na UC? .....	54
4.1.11	Como a UC promove o uso das AL? .....	55
5	DISCUSSÃO .....	56
5.1	As categorias emergentes .....	56

<b>5.1.1</b>	<b>Categoria: Caracterização.....</b>	<b>56</b>
<b>5.1.2</b>	<b>Categoria: Implantação.....</b>	<b>62</b>
<b>5.1.3</b>	<b>Categoria: Gerenciamento.....</b>	<b>66</b>
<b>5.2</b>	<b>Validação do esquema teórico.....</b>	<b>69</b>
<b>5.3</b>	<b>O esquema teórico.....</b>	<b>70</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>73</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>76</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>85</b>
	<b>ANEXO.....</b>	<b>91</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As bases teóricas e legais no intuito de se conservar grandes áreas naturais foram definidas, na segunda metade do século XIX, quando da designação de milhares de hectares da região nordeste de Wyoming, nos Estados Unidos, como Parque Nacional de Yellowstone, em 1872. De acordo com Diegues (1998), essa destinação foi o primeiro exemplo da preservação de grandes áreas naturais de interesse público. A contradição entre a facilidade de explorar o patrimônio natural e a necessidade de protegê-lo para evitar sua extinção também estava presente nas propostas do engenheiro André Rebouças, que lutou pelos que seriam os primeiros parques nacionais no Brasil.

O primeiro Parque Nacional do Brasil foi criado em 1937, em Itatiaia, localizado no Maciço do Itatiaia, na Serra da Mantiqueira, entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, anterior à Constituição de 1937, que abordava a questão da natureza no artigo 134, com o propósito de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas (BRASIL, 1934). No entanto, ao analisar a literatura e a legislação que rege a atividade de lazer nos parques e demais categorias de Unidades de Conservação (UC), é visível a atenção precária atribuída a essa área.

Assim, a questão da prática do lazer em áreas naturais não é aplicada, pois são criadas as UC, no que tange à estrutura física, e, após sua criação, na maioria das vezes, ficam abandonadas, e deixam de exercer todo o papel social que deveria ser exercido. A lacuna entre as leis de criação dos parques, formação dos profissionais e oportunidades de lazer para a comunidade poderiam ser diminuídas, e isso, com certeza, vai depender dos atores envolvidos nesse processo todo.

Nesse sentido, as preocupações com a criação de novas áreas protegidas são as seguintes: a) sempre acontecerão mais criações ou realmente deveriam se

empenhar em melhorar e desenvolver as existentes? b) áreas destinadas à recreação acontecerão somente no papel e, há profissionais qualificados nessa área? c) a comunidade envolvida sabe usufruir dessa recreação? d) porque as pessoas visitam as UC? e) qual o significado de momentos de lazer e como atribuí-lo como atividades para a comunidade e visitantes?

Com todas essas áreas naturais protegidas, pouco se sabe sobre a atividade de lazer nessas áreas. Assim, o presente estudo propõe investigar as relações estabelecidas entre teoria e prática no contexto da atividade de lazer em parques ao sul de Minas Gerais.

Apesar da valorização dos parques sobre diferentes aspectos, sua criação, desenvolvimento e até mesmo as pesquisas realizadas, parecem estar mais ligados a questões como educação ambiental e preservação do meio ambiente, do que propriamente para atender às expectativas das pessoas que os utilizam. Cada vez mais, as pessoas têm procurado formas alternativas para o lazer e recreação e a oferta de espaços e de oportunidades para a ocupação ativa de parques pode servir como uma ferramenta para o aumento da população fisicamente ativa.

Quanto ao aumento de áreas verdes e de lazer, muito ainda deve ser feito para se conhecer o usuário, da mesma forma, pouco se sabe sobre a forma de utilização dessas áreas e sobre os fatores que podem impedir ou facilitar o uso dos parques de maneira ativa. Nesse sentido, compreender os fatores que possam intervir na ocupação fisicamente ativa de parques públicos, como espaço de lazer, passa a ser uma questão de importante investigação, especialmente ao se considerar que poucas investigações dessa natureza têm sido desenvolvidas. Espera-se que essa investigação ofereça subsídios aos gerentes de parques no que diz respeito às políticas desenvolvidas no atendimento das necessidades dos usuários, assim como auxiliar na implantação e desenvolvimento das ações para

o uso público, como ambiente de realização de atividade física como meio para a prática do lazer.

As UC, conceituadas pela Lei no 9.985/2000, são territórios geridos de forma diferenciada, com o objetivo de promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, a educação ambiental, o contato harmônico com a natureza, o lazer e a pesquisa científica (BRASIL, 2000a). O que se tem visto são áreas de lazer de uso público criadas com despreparo, desorganização e sem a estrutura adequada ao recebimento de usuários que procuram tal ambiente para usufruir da prática do lazer em contato com a natureza (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, 2009).

Nessa perspectiva pode-se reforçar que os direitos sociais são definidos no art. 6º da Constituição Federal de 1988, que assim estabelece:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988, p. 18).

Essa constituição cristalizou o acesso ao esporte e ao lazer como direito dos cidadãos brasileiros. Em mais de uma passagem, a prática esportiva e do lazer é apresentada como de provimento obrigatório do Estado brasileiro (SUASSUNA; AZEVEDO, 2007).

Diante disso, pode-se afirmar que, se o Estado tem obrigação de promover o acesso ao esporte e ao lazer, as UC de uso público também deverão promover esse acesso. Então indaga-se:

- a) Qual o conhecimento dos chefes dos parques em relação à atividade física como meio para a prática do lazer em áreas naturais?
- b) Quais orientações (teóricas) ele usa para a implantação dessa prática do lazer em áreas naturais?
- c) Como tem sido implantada a atividade física como meio para a prática do lazer na UC?
- d) Qual tem sido o papel das UC em contribuir para o acesso a essas práticas?

Em virtude da escassez de dados concretos sobre a compreensão entre teoria e prática na implantação da atividade recreativa em parques, pelos chefes dessas unidades, acredita-se que, este estudo, possa orientar para a descoberta de regularidades que permitirão identificar categorias da ação, suas propriedades e conexões que conduzirão a elaboração de uma formulação conceitual para a implantação de atividades para uso público, formulação esta que explicitará o processo das escolhas das atividades pelos gerentes em seus parques.

Conduziu-se, este estudo investigativo, com o objetivo de compreender a relação entre teoria e prática de parques ao sul do Estado de Minas Gerais, sob o ponto de vista dos gerentes desses parques, bem como:

- a) Investigar como os gerentes desses parques identificam a relação entre teoria e prática do uso das atividades de lazer;
- b) investigar como os chefes dos parques promovem o uso das atividades de lazer em seus parques.

A proposta da metodologia utilizada foi a Teoria Fundamentada (TF). Ela permitiu construir uma teoria para contribuir com a área de estudo. Para tanto, alguns critérios do método foram seguidos de forma criteriosa: coleta dos

dados; codificação/categorização e redação da teoria que serão apresentados no item da metodologia.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**

A Constituição Federal de 1988 assegura a todos, em seu artigo sobre meio ambiente (BRASIL, 1988, art. 225), um “meio ambiente ecologicamente equilibrado” e impõe ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo. Um dos instrumentos que a Constituição aponta para o cumprimento desse dever é a “definição de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos”, ou seja, indica que o Poder Público deve criar áreas protegidas e garantir que elas contribuam para a existência de um “meio ambiente ecologicamente equilibrado” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2013).

A partir dessa base constitucional, o país concebeu um Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), ou seja, uma categorização de áreas protegidas. O processo de elaboração e negociação desse Sistema durou mais de dez anos e gerou uma grande polêmica entre os ambientalistas. O resultado (Lei nº 9.985/2000) que foi uma tentativa de conciliação de visões muito distintas e, apesar de não agradar inteiramente a nenhuma das partes envolvidas na polêmica, significou um avanço importante na construção de um sistema efetivo de áreas protegidas no país (BRASIL, 2000a).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2013), o SNUC é o conjunto de UC federais, estaduais e municipais e é composto por 12 categorias, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos: àquelas que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e àquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo.

O SNUC foi concebido de forma a potencializar o papel das UC, de modo que sejam planejadas e administradas de forma integrada com as demais

UC, assegurando que amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitat e ecossistemas estejam adequadamente representadas no território nacional e nas águas jurisdicionais. Para isso, o SNUC é gerido pelas três esferas de governo, federal, estadual e municipal. Além disso, a visão estratégica que o SNUC oferece aos tomadores de decisão possibilita que as UC, além de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, gerem renda, emprego, desenvolvimento e propiciem uma efetiva melhora na qualidade de vida das populações locais e do Brasil como um todo.

## **2.2 Categorias de Unidades de Conservação**

Conforme o Art. 7º as unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

- I Unidades de Proteção Integral - O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:
  - Estação Ecológica;
  - Reserva Biológica;
  - Parque Nacional;
  - Monumento Natural;
  - Refúgio de Vida Silvestre.
- II Unidades de Uso Sustentável - O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:
  - Área de Proteção Ambiental;
  - Área de Relevante Interesse Ecológico;
  - Floresta Nacional;
  - Reserva Extrativista;
  - Reserva de Fauna;
  - Reserva de Desenvolvimento Sustentável;

- Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2013).

Na figura abaixo, indicam-se os tipos de Classes sendo que a Classe 2 é especificamente o foco deste estudo.

Classe	Principais tipos de uso, contemplados na Lei nº 9.985/2000	Categoria de manejo
Classe 1 – Pesquisa científica e educação ambiental	Desenvolvimento de pesquisa científica e de educação ambiental	Reserva biológica; estação ecológica
Classe 2 – Pesquisa científica, educação ambiental e visitação	Turismo em contato com a natureza	Parques nacionais e estaduais; reserva particular do patrimônio natural
Classe 3 – Produção florestal, pesquisa científica e visitação	Produção florestal	Florestas nacionais e estaduais
Classe 4 – Extrativismo, pesquisa científica e visitação	Extrativismo por populações tradicionais	Reservas extrativistas
Classe 5 – Agricultura de baixo impacto, pesquisa científica, visitação, produção florestal e extrativismo	Áreas públicas e privadas onde a produção agrícola e pecuária é compatibilizada com os objetivos da UC	Reserva de desenvolvimento sustentável; refúgio de vida silvestre; monumento natural
Classe 6 – Agropecuária, atividade industrial, núcleo populacional urbano e rural	Terras públicas e particulares com possibilidade de usos variados visando a um ordenamento territorial sustentável	Área de proteção ambiental; área de relevante interesse ecológico

Figura 1 – Categorias de Unidades de Conservação

Fonte: Brasil (2009).

Todas as categorias de manejo de unidades de conservação, com exceção das estações ecológicas e das reservas biológicas, são passíveis de visitação pública, desde que observadas as regras contidas no plano de manejo e no plano de uso público (LEUZINGER, 2011). Além disso, se a unidade de conservação estiver inserida em área privada, deverá haver anuência do proprietário, a quem reverterão os valores auferidos com a cobrança de ingressos. Isso porque a exclusividade, assim como a possibilidade de exploração econômica e de disposição, deve ser garantida ao titular do domínio e, quando afetadas, geram desapropriação indireta.

A definição atual de uso público está associada ao processo de visitação das áreas protegidas, podendo se manifestar como atividades educativas, de lazer, esportivas, recreativas, científicas e de interpretação ambiental, que proporcionam ao visitante a oportunidade de conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e culturais existentes (BRASIL, 2005).

O uso público em unidades de conservação deveria ser sempre precedido de plano de manejo, que inclui o adequado zoneamento da área, o plano de uso público e define os objetivos da UC. Todavia, como o plano de manejo é um documento de difícil confecção, por ser muito caro e exigir pesquisa detalhada da área, com inventário preciso, dentre outros, muitas vezes a visitação é permitida sem que esse documento tenha sido elaborado, o que pode gerar consequências bastante graves para a unidade.

De qualquer forma, haja ou não plano de manejo, tendo em vista que a visitação às UC tem aumentado muito nos últimos anos, em virtude da popularidade que o turismo ecológico vem alcançando, há a necessidade de se conciliar uso público com preservação da biodiversidade e demais recursos naturais encontrados nos espaços ambientais.

Isso não significa que se deva proibir a visitação nas unidades de conservação, pois, muito embora ela gere impacto, também oferece diversas vantagens, como: educação ambiental, lazer em contato com a natureza, geração de receitas para a UC, geração de renda para a população do entorno. Os riscos, contudo, devem ser considerados, e abarca a destruição da vegetação, a erosão nas trilhas, o lixo deixado pelos visitantes, além de ameaças como danos que afetam a evolução dos ecossistemas, alteram o comportamento da fauna e/ou induzem a sua migração.

Por isso, o planejamento é essencial, pois ele pode diminuir significativamente os efeitos negativos da visitação. Esse planejamento deve considerar, necessariamente, a sustentabilidade das trilhas, a determinação da

capacidade de carga da área, o limite aceitável de câmbio e conjugar métodos de planejamento de recreação como o manejo baseado na experiência e o espectro de oportunidades de recreação. Daí a importância da elaboração do plano de manejo antes de ser facultada a visitação, pois todos esses fatores serão considerados pelo documento, que formaliza o planejamento para a UC (LEUZINGER, 2011).

Pode-se encontrar diferentes tipos de práticas acontecendo nas UC algumas em que:



Figura 2 Diferentes tipos de práticas encontradas nas UC

Fonte: Criado pela autora: 2015.

A teoria a que nos referimos está relacionada aos conhecimentos que os chefes das UC deverão ter sobre a utilização das orientações quanto aos

conteúdos existentes na implantação das atividades de uso público. E a prática será considerada a utilização desses espaços da maneira que lhe é próprio.

### **2.3 Lazer e Recreação**

Historicamente, o lazer ocupa papel coadjuvante no conjunto dos direitos sociais. Se solicitássemos às pessoas que, aleatoriamente, citassem quais são os direitos sociais, provavelmente, a maior parcela dos entrevistados não mencionaria o lazer, denotando que uma grande parcela da sociedade não o reconhece como direito (ATHAYDE, 2013).

Segundo o mesmo autor, a representação do lazer como um direito de segunda ordem ou de menor relevância é fruto de uma série de fatores, dentre os quais, a omissão estatal. Normalmente, motivados por diferentes aspectos, os governos independentemente da filiação partidária e da orientação ideopolítica têm predileção por determinados setores imprescindíveis à harmonia do funcionamento global da máquina governamental. Essa preferência se evidencia na hegemonia da política macroeconômica, sobretudo nas pautas que favorecem o capital financeiro sobre a área social. Mesmo no rol dos direitos sociais, o lazer e a cultura são preteridos, especialmente, no campo discursivo em relação à saúde, educação e segurança.

Segundo Bacheladenski e Matiello Junior (2010), uma complexidade enorme envolve todo o estudo do lazer. É um tema debatido por estudiosos de várias áreas (sociologia, psicologia, economia, etc.) e cada vez mais entre todos os autores que se dedicam ao estudo do lazer não existe um acordo sobre o seu conceito.

O sociólogo francês Joffre Dumazedier foi contratado para a construção e desenvolvimento de um campo de conhecimento para o lazer no Brasil. Quando chegou, tratou de difundir a concepção de lazer propugnada pelo seu

envolvimento com o movimento operário francês, quando via, no tempo livre crescente, um espaço para a afirmação do direito dos operários ao lazer. Ao revelar a forma dos trabalhadores vivenciarem o lazer, além de sustentar suas reflexões sobre o lazer em oposição ao tempo de trabalho, Dumazedier também aponta que outras obrigações (familiares, sociais e religiosas) eram determinantes. Por isso, Dumazedier (1999), caracteriza o lazer como um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. Uma concepção que reconhece o lazer com característica liberatória (libera o indivíduo de suas obrigações profissionais, familiares e sociais); desinteressada (sem finalidade lucrativa, ideológica ou utilitária); pessoal (representa uma escolha pessoal) e hedonista (direcionada ao prazer, pois a satisfação é a condição primeira do lazer).

Com vistas à satisfação, as atividades de lazer são classificadas em cinco grupos de interesse: (1) manuais: atividades que podem ser desinteressadas e utilitárias ao mesmo tempo. Pela manipulação de objetos e produtos, podem constituir-se tanto num hobby como num trabalho não profissional; (2) físicas: nesse grupo, os jogos predominam, pois a vida é jogada em detrimento de compromissos e, dessa forma, o lazer representa uma compensação; (3) artísticas: atividades que afastam o indivíduo da cultura vivida em direção da cultura mística, tal como cinema, teatro e museus; (4) intelectuais: é a informação desinteressada apresentada como cultura permanente para acompanhar as rápidas transformações da sociedade (jornais, rádios, etc.); e (5) sociais: são atividades que favorecem a formação das coletividades e os relacionamentos interpessoais (ANSARAH, 1996; CAMARGO, 1998; DUMAZEDIER, 1980).

Desde o início dos anos oitenta, capitaneada pelas proposições de Marcellino, observa-se uma forte contraposição à concepção de lazer de Dumazedier. Entendendo que ela vinha alimentando a alienação da população, como superação, Marcellino (1997) associa o lazer a dois conceitos - tempo e atitude. De imediato, rompe com a noção do lazer restrito à ocupação do tempo livre, pois não acredita na existência de um tempo necessariamente livre de coações ou normas. Opta, então, por tempo disponível, anunciando o lazer como a experiência vivenciada neste tempo. Quanto à atitude, estaria relacionada ao modo como o indivíduo lida com essa experiência (o sentido que dá e obtém da mesma). Assim, demonstra seu entendimento de que o lazer seria a cultura vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível.

Gomes (2011) estudiosa do lazer, em seu artigo *A Temática do Lazer na Perspectiva da Geopolítica do Conhecimento*, faz um relato da história do lazer desde a Grécia e menciona sobre o eurocentrismo que é uma forma de pensar que continua permeando e estruturando as práticas e representações contemporâneas. Ele situa-se no centro de nossas vidas cotidianas e, na maioria das vezes, sequer conseguimos perceber a sua presença, que engendra um sentimento fictício de superioridade ontológica das culturas e dos povos europeus. Por isso, como pontuam Shohat e Stam (2006), o pensamento eurocêntrico constitui a visão “normal” da história que a maioria das pessoas aprende e assimila por meio da família, da escola, da religião, da política, da mídia, etc. Lamentavelmente, processo semelhante ocorre com os conhecimentos produzidos e reproduzidos sobre o lazer, pois, frequentemente, os latino-americanos ocupam a posição de receptores/consumidores dos conhecimentos produzidos em outras partes do mundo, principalmente nos países europeus e nos Estados Unidos, difundindo-as como se as teorias e os conceitos adotados fossem universais.

Por certo, muitos conhecimentos produzidos por autores de distintos países podem ser úteis e necessários para ajudar-nos a refletir sobre o lazer em nossos contextos. Mas os conhecimentos não devem ser tratados como universais, tampouco devem ser assumidos e incorporados de forma descontextualizada e sem um posicionamento crítico, evitando, assim, a perpetuação de redes invisíveis de dominação que geram a colonialidade do poder e a colonialidade do saber, dois dispositivos situados em uma mesma “matriz genética” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p.6).

Gomes e Faria (2005) destacam que o lazer integra o campo das práticas humanas e pode ser visto como um emaranhado de sentidos e significados dialeticamente partilhados nas construções subjetivas e objetivas dos sujeitos, em diferentes contextos de práticas culturais, sociais e educativas. O lazer participa da complexa trama histórico-social que caracteriza a vida em sociedade e representa um dos fios tecidos, culturalmente, na rede humana de significados, símbolos e significações.

Concebido como uma produção cultural humana, o lazer constitui relações dialógicas com a educação, com o trabalho, a política, a economia, a linguagem, a saúde, a ciência e a natureza, entre outras dimensões da vida, sendo parte integrante e constitutiva de cada sociedade.

Nesse sentido, o lazer é permeado de conflitos, tensões, contradições e complexidades, possibilitando a coexistência de lógicas distintas. Sua trama cultural evidencia que é tempo/espaço de manifestação do tradicional e da novidade, de conformismo e de resistência. Sua ambiguidade indica que ora é mera reprodução da ordem social, ora produtor do novo (GOMES; FARIA, 2005).

Em face dessas considerações, o lazer pode ser compreendido como uma necessidade humana e como dimensão da cultura caracterizada pela vivência

lúdica de manifestações culturais no tempo/espaço social (GOMES, 2008, 2010).

Em resumo, como já mencionado, somente uma definição do lazer não tem tido aceitação. Isto é, várias definições têm sido aceitas por vários autores, de acordo com seus propósitos particulares.

### **2.3.1 Recreação**

A mesma falta de uma só definição ocorre com o termo Recreação. Segundo Larizzatti (2005), a palavra recreação vem do latim recreativo, que significa recriar, restaurar. Muitos autores não distinguem diferenças entre lazer e recreação, pois acreditam ser a mesma coisa. Outros autores definem a recreação como uma função do lazer, isto é, a recreação seria o momento ou a atividade em que o indivíduo está se auto expressando, mostrando suas possibilidades, faculdades, sendo, enfim, ativo. Alguns acreditam que a diferença da recreação para o lazer é que a recreação procura uma satisfação imediata, é uma atividade, ao passo que o lazer é um processo mais amplo, com mais variáveis, como, por exemplo, diferentes conteúdos culturais, influência das mídias, descanso.

Nos dias de hoje, impera o significado de recreação como a reprodução de jogos e brincadeiras. Em razão de sua tradição histórica e cultural em nossa sociedade, a recreação continua sendo perpetuada a partir da ênfase em aspectos técnico-operacionais, em detrimento de outros (SILVA et al., 2011). Nas décadas de 70 e 80, surge um entendimento diferente de recreação, influenciado, principalmente, pelo conceito apresentado por Dumazedier (1975), que a considera como uma das funções do lazer. Para esse autor, a função recreativa (que tem o sentido de divertimento) está relacionada com as outras funções de descanso e desenvolvimento do lazer, e orientada para a criação permanente do

indivíduo por si mesmo. Respaldados por essa ideia, alguns autores (BRÊTAS, 1997; MARCELLINO, 1987) têm expressado o entendimento de que a recreação não pode mais ser pensada apenas como uma atividade acrítica, e sim deve ser compreendida num sentido mais amplo, como uma das possibilidades de lazer.

Segundo Brêtas (1997), recreação pode ser entendida como o criar, o recrear e o recriar-se, que está intimamente atrelado à ação do homem sobre o mundo. Constitui-se, assim, num espaço privilegiado para a construção coletiva de novos conhecimentos e, ainda, em possibilidade de influenciar educadores mais comprometidos com as mudanças necessárias para o surgimento de uma sociedade pautada em valores mais humanos.

Marcellino (1987) afirma a necessidade de recuperarmos o sentido de recreação como “*recreate*”, que significa criar de novo, dar vida nova, com novo vigor. E seguindo essa trilha, pode-se reconhecer na recreação uma outra possibilidade, diferente da que vem sendo construída, historicamente, em nosso contexto, a de que a recreação pode ser compreendida como maneira de reflexão e de interação consciente com a nossa realidade, o que nos pode auxiliar no encaminhamento de mudanças. É nesse sentido que o autor acredita no trabalho com a “recreação”, compreendendo-a como a “recriação” que inclui o divertimento, mas não de uma forma alienada e dominadora e sim numa perspectiva de educação inovadora, que possibilite a criação, a recriação e, também, o divertimento.

É importante salientar que ainda existe pouco material escrito sobre essa concepção de recreação, ou seja, a produção sobre esse tema ainda se tem restringido a um rol de atividades que devem ser seguidas, e não como um repertório de vivências críticas e criativas, que deve ser usado com sensibilidade e com as adaptações que se fizerem necessárias para os diferentes sujeitos e os grupos sociais envolvidos.

Após as definições de lazer e recreação percebe-se uma relação muito grande entre elas, portanto será abordada neste estudo a atividade física como sendo uma atividade recreativa de lazer.

#### **2.4 O uso de parques para a prática recreativa de lazer**

O movimento original para o uso de parques foi iniciado em meados dos anos 1800, na Europa, como um meio de proporcionar às pessoas comuns uma pausa da aglomeração e poluição, em decorrência do urbanismo industrial (LEGATES; STOUT, 1998). Múltiplos benefícios de parques para a saúde e bem-estar, desde então, foram reconhecidos (BEDIMO-RUNG et al., 2005; DRIVER et al., 1991; GODBEY et al., 1992; HO et al., 2005), mas a idéia de que os parques devem funcionar como tratamento para toda a população não ativa é relativamente nova. Uma vez que os parques são espaços acessíveis para a atividade física, descobrir como conseguir mais pessoas para usá-los é um objetivo importante e se encaixa bem com abordagens ambientais para a promoção da saúde.

Influenciar comportamentos de saúde por meio de abordagens ambientais pressupõe que o comportamento das pessoas é dependente da concepção e o contexto de seus arredores. A abordagem ambiental tenta compreender as características dos lugares e sua interação com os indivíduos para determinar como os lugares podem ser modificados a fim de otimizar automaticamente os comportamentos de saúde específicos (COHEN et al., 2010). A ciência, ligando as configurações do parque com a atividade física, está em sua infância e não se sabe exatamente quais as características de parque e condições vão chamar mais pessoas para promover uma maior atividade física de toda a população. A sabedoria convencional é a de que parques devem ser atraentes e seguros e ter uma diversidade suficiente de facilidades e recursos

para atender às múltiplas necessidades de pessoas com interesses diferentes (JACOBS, 1961).

O movimento sempre esteve diretamente relacionado com a construção da história humana. Na pré-história, qualquer aspecto social era vinculado às atividades físicas e a sua importância permanece por questões de sobrevivência e estão intimamente relacionadas à saúde, pois, o hábito regular da prática de atividades físicas pode auxiliar sobremaneira, de uma forma ou de outra, toda e qualquer estrutura do corpo, sendo, portanto, influência positiva sobre a qualidade de vida (CARVALHO, 1998).

Segundo Mota (1997), a atividade física e desportiva é uma forma de contrabalançar os aspectos negativos inerentes ao modo de vida da sociedade contemporânea, assumindo-se como um potencial catalisador da utilização do tempo livre. A atividade física está associada ao conceito de saúde e, como tal, é um componente essencial de valorização e integração na vida de cada pessoa que a pratica.

Observa-se que já há algum tempo as pessoas estão migrando do espaço rural para o espaço urbano, o que nos leva a crer que pode haver um afastamento do ser humano da natureza. Porém, sabe-se que ao longo da história da humanidade, o contato com a natureza tem vital importância à vida de todo e qualquer ser humano. Nesse sentido, há um movimento em prol do reencontro do homem com a ela (a natureza). O homem sempre recorreu aos sistemas naturais para a sua sobrevivência, tornando-se, assim, um elemento pertencente à natureza (SANTIN, 1992).

Esse meio do qual tanto o homem depende para a sua plena existência, muitas vezes tem sido negligenciado, por valorização de outros elementos, tais como o aumento sem planejamento de áreas urbanas, a aquisição exagerada de bens de consumo, o crescimento da indústria do turismo, entre tantos outros. Notadamente, esse quadro nos parece estar em processo de reversão, pois a

natureza vem sendo mais procurada nos últimos tempos, quando se percebe o aumento do interesse em buscar condições favoráveis à possibilidade de imprimir mais qualidade na vida (TAHARA; DIAS; SCHWARTZ, 2006).

Tahara e Schwartz (2003) salientam que, a vontade de fuga da rotina estressante e do caos urbano tem levado a população a uma crescente conscientização da necessidade de vivências mais espontâneas e significativas. Percebe-se, assim, que a aderência às atividades físicas na natureza estimula uma integração entre necessidade e prazer, oriundos dos diversos aspectos positivos das vivências em meio natural.

Nesse contexto, o lazer torna-se um fenômeno social importante e, com isso, a prática de atividades físicas, inerentes ao conteúdo cultural físico-esportivo do lazer, torna-se uma das vertentes em grande expansão. Entre as tantas atividades físicas, as Atividades Físicas de Aventura na Natureza (AFAN) têm merecido grande destaque nas reflexões pertinentes à área, tendo em vista a possibilidade de um novo redimensionamento da relação homem-natureza.

Betrán (2003) reconhece a polissemia do esporte, quando propõe uma nova terminologia às AFAN que não utilizam o termo esporte. Essa terminologia busca um sentido mais claro, pois engloba as sensações que estão sendo buscadas pelos praticantes, como: o contato com a natureza, prazer, encontro pessoal, evasão divertida e plenitude pessoal. Vale ressaltar que a utilização desse termo não significa simplesmente trocar o nome, e, sim, porque o conteúdo muda e este é fruto de uma nova época.

Segundo Munhoz e Gonçalves Junior (2004, p. 3),

[...] as AFAN surgiram na década de 1970, se firmaram na década de 1990 e estão sendo construídas numa sociedade contemporânea, que têm outros conceitos e realidade. Estas surgiram com a necessidade de aproximar o ser humano do meio natural, onde pudesse se desenvolver, contemplar as belezas naturais e mesmo buscar fugir das pressões do dia a

dia, já que, infelizmente, estamos em uma sociedade altamente competitiva e com grande pressão no trabalho.

Betrán (2003, p.157) classifica as AFAN em cinco divisões levando em consideração as características intrínsecas e extrínsecas, são elas:

1) Ambiente físico: relacionado ao meio em que acontece a atividade: Ar, Terra e Água. Outro critério é referente ao plano em que a atividade se desenvolve: horizontal e vertical. O último destes foi o grau de incerteza que o meio físico tem, sendo estável ou não. Os fatores meteorológicos (umidade, temperatura ou pressão), fenômenos meteorológicos (chuva, vento, neve ou geadas) e a variabilidade do terreno é que determina o grau de incerteza da atividade;

2) Ambiente pessoal: relacionado às emoções, sensações e vivências pessoais durante a prática da atividade. São três os critérios: - Dimensão emocional: hedonistas (que não precisa de um condicionamento físico para praticar e gera sensações de prazer e bem-estar); e ascéticas (necessita de um condicionamento físico). - Sensação: sensação de paz e harmonia; e sensação de risco/vertigem. - Recursos biotecnológicos: Foram separados quatro critérios. Artefatos mecânicos/tecnológicos (aparelhos adaptados para o homem e necessita de energia humana); artefatos de motor (necessita de energia de propulsão para funcionar); corpo (auxiliado por complementos para possibilitar a prática da atividade); animais (realizadas com a ajuda ou suporte de animais).

3) Atividades: foram selecionadas trinta e duas atividades.

4) Valorização ético-ambiental: como estas atividades ocorrem no meio natural, existe uma troca entre o meio ambiente e as pessoas e mesmo que não seja o objetivo, estas pessoas causam um impacto ambiental que pode ocorrer em três níveis: alto, médio ou baixo. De acordo com as atividades, o número de participantes, a intensidade da prática, a duração naquele mesmo local, a estação do ano, o momento do dia, ao comportamento dos participantes e a fragilidade da fauna e flora local, que determinam o grau de impacto. Por exemplo: Uma atividade 4x4 causa mais danos à natureza que uma caminhada e ambos ocorrem no meio terrestre.

5) Ambiente social: estas atividades têm um forte caráter individualista, portanto, é verificada a atitude individual do

praticante para cooperar com o grupo ou não; entretanto, algumas atividades ocorrem de forma totalmente individual.

Autores como Betrán (2003) e Marinho (1999) discutem sobre a relação existente entre lazer e participação humana nos espaços representados pela natureza. Assim, pode-se dizer também que as AFAN envolvem vários aspectos como emoções, sensações diferenciadas por se tratar de uma prática em um ambiente natural, vivências em grupo respeitando o limite de cada indivíduo e a aspecto ético-ambiental onde a natureza não pode ser um mero palco dessas atividades e, sim, que exista uma troca entre o homem e a natureza, onde o homem a trata com respeito e ela proporciona tais emoções e sensações inesquecíveis.

Além das questões das AFAN (BETRÁN, 2003), há também diferentes propostas de categorização dessas atividades como pode-se observar: Práticas corporais de aventura (INÁCIO et al., 2005), Esportes radicais (UVINHA, 2001), Esportes na natureza (DIAS, 2007), Esportes de ação (BRANDÃO, 2010), entre outras propostas. Segundo Pimentel (2013, p. 688),

[...] as características listadas para cada termo nem sempre coincidem, mas é bastante recorrente a denominação esporte, seguida por algum adjetivo como vertigem, risco ou aventura.

Levando em consideração os objetivos desta pesquisa, vale ressaltar a importância de se considerar que as atividades devem ser organizadas e estruturadas quanto sua prática no meio natural, de forma a não anular a paisagem e a qualidade do ecossistema. Nesse sentido, o indivíduo, ao usufruir desses espaços para a realização de AL, muitas vezes é a própria natureza que define as regras, estabelecendo o que pode e não pode ser realizado, ela torna-se um juiz do processo. A organização das atividades e o controle sobre os

praticantes e os espaços apropriados deverão ser planejados conforme a estrutura da UC e do que pode ser oferecido diante do PM ou não.

Em resumo, a evidência científica aponta para a importância do serviço de parque e recreação em contribuir para o comportamento de atividade física de lazer e benefícios, por meio de inúmeros contextos. No entanto, a capacidade e o potencial dos serviços do parque e recreação para uma sociedade mais fisicamente ativa não são plenamente realizados. Um número de estratégias como de parceria, pessoas, política e avaliação ambientais, promocionais, por meio de programação deve ser considerado e apoiado, a fim de maximizar os benefícios da atividade física nesses serviços.

## **2.5 Gerenciamento**

O crescimento da consciência diante das questões ecológicas globais ampliou a participação popular em relação à qualidade de vida humana e o meio ambiente, representando outro aspecto relevante na análise das questões pertinentes às unidades de conservação. Portanto, vêm aumentando as pressões junto aos governos para a constituição de políticas conservacionistas. A formação de uma rede em escala mundial e das redes nacionais, enquanto produto da expansão da consciência ambientalista tem contribuído para o aumento do número e extensão das áreas protegidas (VALLEJO, 2003).

Ao mesmo tempo, para consolidação das funções sociais e ambientais relativas às unidades de conservação, há necessidade de implementação de estratégias políticas e gerenciais por parte dos governos, a fim de se atingir determinadas metas de ordenamento territorial. Esse esforço de ordenamento envolve múltiplos atores no processo: as comunidades biológicas, as comunidades humanas locais, organizações governamentais e não governamentais, usuários e a iniciativa privada, logo, se apresentam de forma

complexa e é passível de ser conflituoso. A atuação dos governos, como acontece no Brasil, tem promovido a criação das unidades de conservação, mas não se pode dizer o mesmo em relação ao gerenciamento. Por isso, as unidades de conservação no Brasil têm sido caracterizadas por certos autores como “ficções jurídicas” e “parques de papel” (BRITO, 1998; MORSELLO, 1999).

A provisão e gestão de oportunidades de recreação ao ar livre em espaços públicos são muito complexas. A determinação de configurações apropriadas em que recreadores devem obter uma experiência de lazer particular é igualmente desafiadora. Uma das ferramentas disponíveis para os planejadores de recreação e gestores para enfrentar esses desafios é o Espectro de Oportunidades de Recreação (*Recreational Opportunity Spectrum - ROS*). O ROS é uma estrutura conceitual projetado para ajudar a esclarecer as relações entre contextos recreativos, atividades e experiências (CLARK, 1982; CLARK; STANKEY, 1979). No ROS, os atributos biofísicos, sociais e de gestão são usados para descrever locais de recreação. Foi usado, pela primeira vez, pelo Departamento de Estados Unidos, o ROS fornece um veículo para integrar e coordenar atividades de recreação, espacial e temporalmente com outros usos de recursos e as atividades de gerenciamento. O desenvolvimento de uma abordagem de "microROS", para a identificação e gerenciamento de sites de recreação ao ar livre em toda a paisagem, irá reforçar ainda mais o valor do conceito ROS como uma ferramenta de planejamento e gestão.

Além do ROS o Departamento de Recursos Naturais de Queensland (Austrália) juntamente com outros órgãos comprometidos com o desenvolvimento de um sistema representativo, foram testando um Sistema de Classificação de Paisagem (*Landscape Classification System - LCS*) recreativo desde 1996. O LCS já atingiu um estágio de robustez como uma ferramenta de planejamento utilizada para planejar e gerenciar o uso múltiplo dos recursos florestais. Outros exemplos incluem o Processo de Avaliação RecValue,

MUMPS (Múltiplo Uso do Sistema de Planejamento de Gestão) e SPI (Sistema de Indicadores Boa Prática) (PARKIN et al., 2000).

Em essência, o LCS é uma adaptação do ROS. Reconhece que uma oportunidade de recreação envolve três elementos distintos: participação nas atividades desejadas; uso de configurações específicas; e, a realização de uma determinada experiência recreativa (STANKEY; WOOD, 1982). Ele permite que os planejadores de recreação e gerentes forneçam uma gama de atividades de recreação desejadas ao ar livre onde os usuários poderão realizar uma variedade de experiências por meio da participação em suas atividades prediletas. Essas configurações podem variar conforme a atividade realizada e pode ser em áreas naturais ou áreas urbanas.

Em suma, vários estudos comprovam que o bom gerenciamento da recreação contribuiu significativamente para a gestão e conservação de áreas protegidas em todo o mundo. Apenas a criação de uma UC não garante a proteção dos seus recursos naturais. É preciso uma boa gestão com a participação efetiva de todos os envolvidos. Situação fundiária indefinida, conflitos com populações humanas dentro das UC, escassez de recursos humanos e financeiros, instabilidade política das agências de meio ambiente, entre outros, são os principais problemas relacionados à baixa efetividade da gestão das UC. Deve partir do Estado iniciativas relacionadas à divulgação da função e proteção dessas áreas, buscando aliados que atuem como agentes multiplicadores nas comunidades do entorno, diretamente relacionadas às UC, bem como em outros segmentos da sociedade, para que a conservação não fique restrita apenas à comunidade científica, mas passe a ser também compreendida e praticada por todos (BELLINASSI; PAVÃO; CARDOSO-LEITE, 2011).

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Método da Teoria Fundamentada - TF (*Grounded Theory*)

A *Grounded Theory*, conhecida como Teoria Fundamentada nos Dados (ou Teoria Fundamentada em Dados) é uma metodologia de pesquisa relativamente nova e que usa uma técnica de trabalho que pode parecer desconcertante para alguns pesquisadores mais conservadores ou aqueles acostumados com metodologias quantitativas apenas (LEVACOV, 2010).

No final da década de 70, Glaser e Strauss apresentaram à população científica uma nova abordagem para se tratar os dados qualitativos colhidos no campo conforme livro *The Discovery of Grounded Theory*.

A *Grounded Theory* é uma teoria indutiva baseada na análise sistemática dos dados. Ao criticar a dogmática técnica de testes hipotético-dedutivos que eram utilizados como única alternativa metodológica (testar teorias, testar hipóteses), Glaser e Strauss (2007) forneceram uma concepção mais ampla do que os pesquisadores em Ciências Sociais poderiam e deveriam fazer com seu tempo dedicado à pesquisa.

O pesquisador desejoso de trabalhar dentro da metodologia Teoria Fundamentada nos Dados aproxima-se do assunto a ser investigado sem uma teoria a ser testada, mas, pelo contrário, com o desejo de entender uma determinada situação, como e porque seus participantes agem de determinada maneira, como e por quê determinado fenômeno ou situação se desdobra deste ou daquele modo. Por meio de métodos variados de coletas de dados, reúne-se um volume de informações sobre o fenômeno observado. Comparando-as, codificando-as, extraindo as regularidades, enfim, seguindo detalhados métodos de extração de sentido dessas informações, o pesquisador termina então, nas suas conclusões, com algumas teorias que emergiram dessa análise rigorosa e

sistemática, razão pela qual a metodologia intitula-se Teoria Fundamentada nos Dados ("*grounded*" = apoiada, fundamentada, sustentada (pelos dados)).



Figura 3 Teoria Fundamentada nos Dados

Fonte: Criado pela autora: 2015.

Em outras palavras, a Teoria é aquilo com que o pesquisador encerra seu trabalho e não com o que principia. Não é aquilo que vai ser testado (não é o problema), mas aquilo que se conclui depois de uma pesquisa e da análise dos dados dela resultantes (LEVACOV, 2010).

As Unidades de Conservação têm no seu plano de manejo a área destinada ao uso público. Observa-se, às vezes, que esse uso não tem sido condizente com a realidade encontrada nestas UC. Tal fato parece ser encarado como natural, afinal, o desconhecimento das questões das práticas de lazer no âmbito das áreas naturais parecem não fazer parte de uma política de organização dos espaços para essa prática. Entretanto, o que é singular nesses ambientes é a perpetuação dos hábitos gerenciais em relação à implantação da

atividade recreativa para o uso público. Nesse contexto, as questões de pesquisa se voltam para a compreensão da relação entre teoria e prática do uso das atividades de lazer, bem como os aspectos de promoção do uso dessas atividades nas UC.

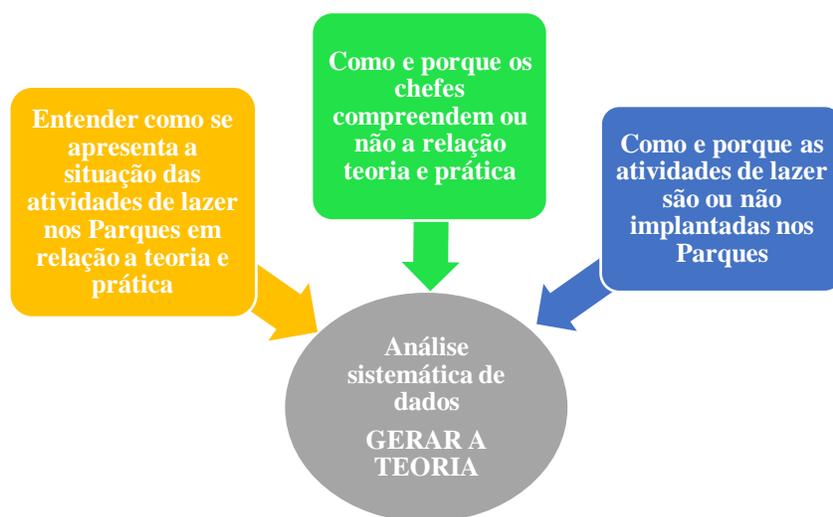


Figura 4 Análise sistemática de dados

Fonte: Criado pela autora: 2015.

O estudo foi orientado para a descoberta de regularidades que permitiram identificar categorias da ação, suas propriedades e conexões que poderão conduzir à elaboração de uma formulação conceitual da relação entre teoria e prática do uso das atividades de lazer e a promoção do uso dessas atividades nas UC pelos chefes dessas unidades, formulação essa que poderá auxiliar no processo de implantação de áreas para a prática de atividades de lazer.

Na figura abaixo, Levacov (2010) apresenta uma síntese dos passos da Teoria Fundamentada para um melhor entendimento. Entretanto, é prudente

ressaltar que a figura é para reforçar um simples entendimento e, para isso, procurou-se sintetizar ao máximo a exemplificação.

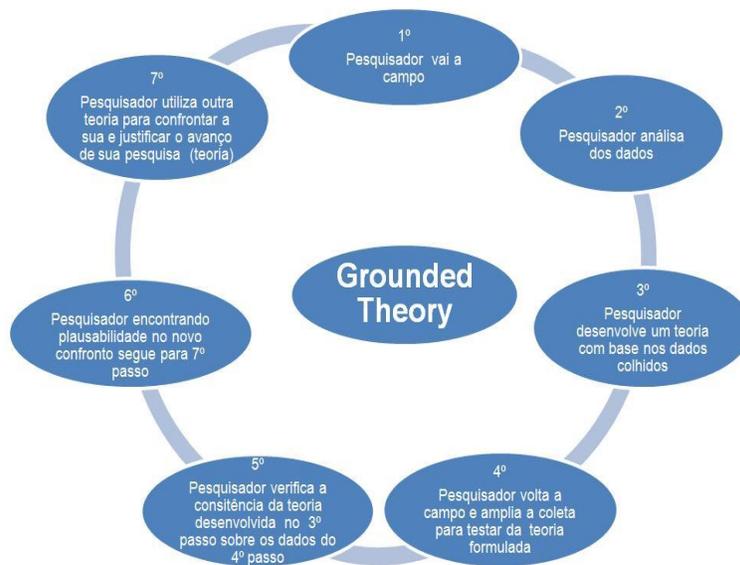


Figura 5 Síntese dos passos da *Grounded Theory*

Fonte: Levacov (2010).

### 3.2 Amostra

No presente estudo os critérios para a seleção da amostra foram:

- a) aceitar a participação no estudo;
- b) ser chefe de uma Unidade de Conservação;
- c) atuar na unidade que deverá ser de uso público (poderá ter a atividade recreativa implantada ou a ser implantada);
- d) ter participado ou irá participar do processo de implantação da atividade recreativa.

Um ponto básico da amostragem na TF diz respeito à seleção da amostra, cuja representatividade é garantida por sua relevância. Nesse tipo de abordagem, os critérios de seleção da amostragem não se baseiam nas técnicas usuais como amostragem aleatória ou estratificação, mas pelos insights que se acredita que uma pessoa possa trazer para o desenvolvimento da teoria. Nessa perspectiva, as questões “Quais grupos ou subgrupos de populações, eventos, atividades, deve-se interpelar? E com quais objetivos?” (STRAUSS, 1987) são decisões cruciais para a Teoria Fundamentada.

### **3.3 Procedimentos**

No presente estudo, a entrevista foi o instrumento para a coleta de dados, (APÊNDICE B). Charmaz (2009) refere-se à entrevista intensiva como a mais adequada para o método da TF, pois permite alto grau de detalhamento sobre um tópico ou experiência, o que é útil para a investigação interpretativa. A coleta foi efetuada até acontecer a saturação teórica, ou seja, até ocorrer à repetição ou a ausência de dados. Aqui as perguntas foram amplas e abertas. O local e o horário da coleta de dados foram definidos segundo a conveniência do participante da pesquisa. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Ao final de cada entrevista, foi realizada a análise dos dados obtidos. Os dados foram coletados e analisados concomitantemente, descrevendo, portanto, as primeiras reflexões no início da fase de coleta. Esse processo denomina-se análise constante. O método é circular e, por isso, permite ao pesquisador mudar o foco de atenção e buscar outras direções, reveladas pelos dados que vão entrando em cena (DANTAS et al., 2009).

### 3.4 Análise de Dados

Todo o processo analítico tem por objetivos: construir a teoria, dar ao processo científico o rigor metodológico necessário, auxiliar o pesquisador a detectar os vieses, desenvolver o fundamento, a densidade, a sensibilidade e a integração necessária para gerar uma teoria (STRAUSS; CORBIN, 2008). Para tanto, as entrevistas foram examinadas linha por linha e recortadas as unidades de análise. Assim, cada unidade de análise foi nomeada com uma palavra ou sentença exprimindo o significado desta para a investigadora. O processo de análise constituiu em algumas etapas descritas a seguir, mas não necessariamente ocorreram nessa mesma ordem:

Microanálise – trata-se de uma análise minuciosa dos dados brutos, conhecida como análise “linha a linha” e ocorre, predominantemente, no início do processo de análise. Pode ser retomada pelo pesquisador em momentos anteriores, quando necessário. Charmaz (2009) ressalta que a codificação linha a linha permite perceber, sob uma nova perspectiva, algo que já é conhecido.

Codificação Aberta - inicia-se o processo de estabelecimento de conceitos, os quais, mais adiante, participarão da construção da teoria. De acordo com Strauss e Corbin (2008), nesta etapa os dados são separados em partes distintas, examinados e comparados rigorosamente, em busca de similaridades e diferenças. Os fatores que apresentarem similaridades conceituais ou de significados serão agrupados em conceitos mais abstratos, ou seja, as categorias e as subcategorias. Pode-se dizer que as categorias tratam de um fenômeno em si e as subcategorias respondem questões sobre esse fenômeno.

Com este trabalho, será possível identificar as condições e os contextos sob os quais específicas ações, intenções e processos emergirão na atividade de relação entre teoria e prática na implantação das atividades de lazer nas UC.

Também, em conjunto com o surgimento das categorias e subcategorias, iremos desenvolvendo memorandos, ideias e observações que tomarão a forma de notas teóricas que mais tarde poderão ser incorporadas ao paradigma de análise.

Codificação axial - é o meio que auxilia o pesquisador a realizar a integração das categorias. O objetivo é reunir os dados elaborando conexões entre as categorias e as subcategorias.

Codificação seletiva - esta etapa consiste no momento que as categorias são integradas em torno de um eixo, que se constituirá na teoria emergente. Esse eixo é a categoria central, que deve contemplar todas as categorias que surgirão nas outras fases, bem como abarcar as variações encontradas nas categorias.

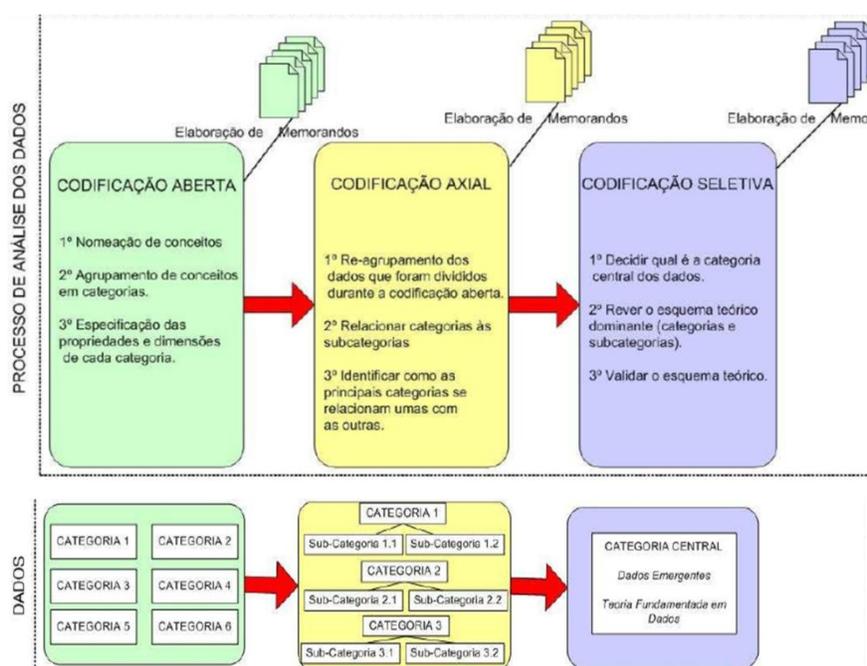


Figura 6 Processo de análise dos dados

Validação do esquema teórico – consistiu em utilizar estratégias para identificar se a teoria que emergiu dos dados realmente condiz com estes. Várias

estratégias podem ser adotadas para identificar se a teoria que emergiu dos dados realmente condiz com estes. Um exemplo seria o retorno aos dados brutos e realização de uma análise comparativa ou uma segunda que seria apresentar a teoria aos sujeitos, os quais deverão se reconhecer na teoria apresentada.

### **3.5 Elaboração do Esquema Teórico**

Para a elaboração do esquema teórico foram produzidos memorandos e diagramas que foram registros das análises da pesquisadora, representando, por meio da forma escrita, o pensamento abstrato sobre os dados e as representações gráficas ou imagem visual das relações entre os conceitos que devem ser construídos para o desenvolvimento da teoria. Podem assumir diferentes formas de acordo com os objetivos:

(1) Notas de códigos: memorandos que contém o produto atual de três tipos de codificação, tais como, rótulos conceituais, características do paradigma e indicação de processo. (2) Notas Teóricas: memorandos resumidos e teoricamente sensibilizantes que contém o produto do pensamento dedutivo e indutivo sobre as propriedades, dimensões, relações, variações, processos e matriz condicional das categorias relevantes e potencialmente relevantes. (3) Notas operacionais: memorandos que contém diretrizes para o próprio pesquisador e membros da equipe relativo a amostragem, questões, possíveis e comparações que possibilitam o desenvolvimento da pesquisa. (4) Diagramas lógicos: representação visual do pensamento analítico que mostram a evolução das relações lógicas entre categorias e subcategorias em termos de características de paradigma. (5) Diagramas integrados: representações visuais do pensamento analítico que são usados para experimentar e mostrar encadeamentos conceituais cujos formatos não estão vinculados ao paradigma, mas deixado aberto à imaginação. (STRAUSS; CORBIN, 1990, p.197).

À medida que a pesquisa transcorre, os memorandos e diagramas mostrarão mais profundidade e complexidade do pensamento, refletindo a evolução teórica. Por fim, de posse dos instrumentos e com os dados analisados, a última fase é a redação da teoria.

### **3.6 Redação da Teoria**

Ao longo do processo da pesquisa, foram construídos vários instrumentos analíticos como memorandos, diagramas, registro das relações entre a categoria central e as subcategorias e uma história analítica global que serão o alicerce para a redação da teoria. A questão principal “é como traduzir esse material analítico de forma clara e efetiva para que outros possam se beneficiar ao utilizá-lo?” (STRAUSS; CORBIN, 1990, p.225). Para tanto, é preciso que o pesquisador construa:

(1) Uma história analítica clara. (2) A redação em nível conceitual, com a descrição em posição secundária. (3) A especificação clara das relações entre as categorias, também com o esclarecimento dos níveis de conceitualização. (4) A especificação das variações e suas condições, consequências, e o que mais forem relevantes (STRAUSS; CORBIN, 1990, p.229).

A relevância da redação na pesquisa qualitativa relaciona-se com a apresentação das descobertas do projeto, como base para avaliação dos procedimentos, resultados e condições gerais da pesquisa como um todo (FLICK, 2004).

Após a redação da teoria, deve-se fazer uma avaliação final da evolução da pesquisa de acordo com os padrões e procedimentos do método de pesquisa utilizado. Os autores sugerem critérios para avaliá-la pelo produto final que também podem ser utilizados pelas agências de fomentos ou outros

pesquisadores que queiram julgar pesquisas que utilizaram a Teoria Fundamentada.

### **3.7 Cuidados Éticos**

Esta pesquisa foi conduzida dentro das normas estabelecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos que é um órgão colegiado interdisciplinar e independente de caráter público, consultivo, deliberativo e educativo. Tem por missão defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e, contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O Comitê destina-se a fazer a revisão ética de toda e qualquer proposta de pesquisa que envolva seres humanos, sob a responsabilidade da instituição, seguindo as normativas envolvendo esse tipo de pesquisa. Esta pesquisa foi aprovada por este Comitê em: 21 de maio de 2014 (ANEXO A).

Cada participante foi informado sobre os objetivos, a relevância da pesquisa e os procedimentos metodológicos do estudo. Os voluntários assinaram o consentimento pós-informação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), mostrando-se cientes de que a qualquer momento podem, sem constrangimento, deixar de participar do estudo (APÊNDICE A). Foram tomadas todas as precauções no intuito de preservar a privacidade, bem como o anonimato dos voluntários, sendo que a saúde e o bem estar destes sempre estiveram acima de qualquer outro interesse.

## **4 RESULTADOS**

### **4.1 Processo de análise dos dados**

Após obter os dados, por meio das entrevistas com os gerentes, examinou-se linha por linha e recortaram-se as unidades de análise. Assim, cada unidade de análise foi nomeada com uma palavra ou sentença, exprimindo o significado desta para o investigador. O processo de análise constituiu-se em algumas etapas descritas a seguir, mas não necessariamente ocorreram nesta mesma ordem:

Por meio da microanálise, fez-se uma minuciosa análise dos dados brutos, conhecida como análise “linha a linha” e que ocorreu, predominantemente, no início do processo de análise, permitindo-nos perceber, sob uma nova perspectiva, algo que já era conhecido.

No estabelecimento de conceitos, realizou-se a codificação aberta e que permitiu, mais adiante, a construção da teoria. Os dados foram separados em partes distintas, examinados e comparados rigorosamente, em busca de similaridades e diferenças. Os fatores que apresentaram similaridades conceituais ou de significados foram agrupados em conceitos mais abstratos, ou seja, as categorias e as subcategorias. Pode-se dizer que as categorias tratam de um fenômeno em si e as subcategorias respondem questões sobre esse fenômeno.

A partir dos dados obtidos por meio da codificação aberta, passou-se para a codificação axial que foi o meio que nos auxiliou a realizar a integração das categorias. O objetivo foi reunir os dados elaborando conexões entre as categorias e as subcategorias.

Para finalizar o processo de análise dos resultados, chegou-se à codificação seletiva que foi a etapa que permitiu constituir, por meio das categorias integradas em torno de um eixo, a teoria emergente.

<b>Sujeitos</b>	<b>Gênero</b>	<b>Formação Profissional</b>	<b>Cargo que ocupa na UC</b>	<b>Atuação na UC (em anos)</b>
<b>S1</b>	Masculino	Engenheiro Florestal	Diretor	1 ano
<b>S2</b>	Masculino	Engenheiro Florestal	Diretor	2 anos
<b>S3</b>	Masculino	Biólogo	Gerente	11 anos
<b>S4</b>	Feminino	Engenheira Florestal	Gerente	3 anos
<b>S5</b>	Feminino	Gestora Ambiental	Gerente	3 anos

Quadro 1 Identificação dos sujeitos

Fonte: Criado pela autora: 2015.

#### **4.1.1 Existência ou não das atividades de lazer na UC**

Todos os entrevistados reconhecem a existência das atividades de Lazer em suas Unidades e alguns as descrevem de formas variadas:

Sim, nós trabalhamos com as atividades de uso público que são direcionadas ao turismo ecológico (S2).

Existem sem ordenamento nenhum, existem porque o parque está lá escancaradamente aberto, a gente não tem nenhuma portaria (S4).

#### **4.1.2 Descrições de quais são as atividades de lazer na UC**

Os entrevistados confirmam que há AL nas UC, sejam elas oferecidas ou não pelos gerentes. Descrevem, de formas explicativas, as atividades mais

realizadas, seus pontos fortes e fracos e suas relações com o meio ambiente. Mostram o descontentamento e a insegurança em relação a essas práticas, pois encontram dificuldades em oferecer estruturas adequadas e profissionais capacitados. Entretanto, desejam inovar, levando em consideração o histórico da UC, mas deparam-se com o desordenamento do planejamento, tanto do PM como das AL, o que pode induzir o gerente ou o usuário a criar suas próprias atividades:

Tem trekking, travessia, caminhadas longas, escaladas, cavalgada, camping...assim a atividade, a área de camping não tem, não tem nem sinalização no Parque, tudo ao Deus dará (S4).

O principal forte é recreação em água é o forte na região...os bosques, as trilhas... arborismo tirolesa (S1).

Três opções de trilhas para o visitante (S2).

Sim, principalmente a caminhada, se às vezes eu falar que é uma atividade que não seja essa atividade de lazer que você considera, por favor, me fale, mas é o passeio. Tem caminhada, banhos de cachoeira e os passeios de gruta (S3).

Caminhadas, banho de cachoeira, caminhada religiosa, bike nas estradas, camping, voo livre e moto (S5).

#### **4.1.3 Se as atividades estão inseridas no PM e quando foi sua última atualização**

Há a inserção, na maioria das UC, das AL no PM, apesar do distanciamento entre o PM existente e a realidade atual, mas os entrevistados reconhecem que os PM devem ser atualizados:

O que está inserida com o plano de manejo é que foi feito em outra circunstância bem distinta do que a de hoje. Precisa de uma atualizada ou até reconstruído (S1).

Sim estão no plano de manejo. Não está atualizado vai ser atualizado agora em 2015 (S2).

O passeio de bicicleta propriamente não, não está citado, no PM mas o passeio contemplativo, os banhos de cachoeira todos eles estão dentro do PM... nós estamos tentando atualizar ele agora, nós já solicitamos, ele foi promulgado, assinado em 2007-2008, então já se passaram 5 anos então a gente está tentando ter uma atualização dele (S3).

Estão sim, na verdade tem o conflito com a cavalgada, o PM deixou isto mal definido. Não está atualizado (S4).

Apesar de existir parque sem o PM, o gerente reconhece a necessidade de construí-lo, contemplando as AL que já acontecem sem nenhuma orientação e planejamento.

Os PM, mesmo quando existem, abordam as AL de forma superficial tornando difícil a implantação adequada dessas atividades, gerando, assim, um gerenciamento conflituoso e insatisfatório.

**4.1.4 Documento em que se baseia para implantação das AL. Qual seria esse documento? Documento é suficiente para ajudá-lo? Não se baseia: quais os critérios/métodos usados?**

Os entrevistados identificam que o PM é uma base de consulta, mas não é suficiente e não retrata a realidade, pois deveria ser constantemente atualizado para implantação das AL. Sendo assim, o PM que deveria ser um norteador não norteia, forçando a buscar outros recursos, gerando assim desgaste de tempo e ineficiência na implantação dessas atividades.

O PM não está atrelado a ser assim eu vou administrar seguindo o PM, não, isto não existe e até onde eu sei nenhum dos outros gestores usou o PM como guia (S1).

Vai muito da demanda (S2).

Não, só o PM, mas em normas que existem...são documentos variados, consulta a especialistas como: turismólogos, professores de Ed. Física, a gente procura ter opinião de vários setores (S3).

Não uso o PM, ele não dá condição por falta de recurso financeiro e humano... para ele ser implantado a gente vai fazendo um planejamento (S4).

#### **4.1.5 Ajuda de outros profissionais?**

Reconhecimento da necessidade de ajuda e nenhum apontou um canal normatizador, de instrução ou de apoio para essa conexão:

Usaria uma equipe multidisciplinar, teria que ter 3 ou 4 áreas, assim, ouvidas ... um da área ambiental, um da área comercial, um da área de turismo e um público (S1).

Sim, temos, por exemplo, o pessoal de Ed. Física... a gente tem alguma dúvida a gente pega o telefone e faz uma consulta informal (S3).

Tivemos sim, eu pedi ajuda para o ministério público e me atenderam com uma palestra (S5).

#### **4.1.6 Fale sobre as dificuldades e/ou facilidades da implantação dessas atividades na UC**

A ênfase nas dificuldades como a falta de recursos financeiros, humanos e de infraestrutura, foi predominante entre os entrevistados, enquanto que as

facilidades não foram relatadas. Grande parte do sucesso é por causa dos atributos / atrativos naturais em si. As AL são pouco otimizadas:

[...] a gente não tem condições por causa deste “não recurso” e também da falta de profissionais qualificados no caso, zeladores e monitores ambientais (S2).

As grandes facilidades são as próprias dificuldades... . Nós temos algumas dificuldades financeiras (S3).

As dificuldades são estas, recursos humanos e recursos financeiros, fora isto eu acho que o parque tem um potencial enorme de turismo (S4).

#### **4.1.7 A organização das AL contemplou os usos históricos da área antes de ser UC?**

Não há nenhuma condução organizada recomendando aos profissionais que contemplem os usos históricos, ela fica à mercê do gerente ou da comunidade. Há uma forte pressão da religiosidade mineira:

Sim, a gente tem muita preocupação com isto, as vezes a pessoa está hospedada na cidade... e ela vem saber da história aqui (S2).

[...] maio tem a reza do terço dentro do parque. É uma atividade que os moradores faziam tempos atrás, foram envelhecendo passaram a não fazer mais, os jovens não agregaram esses valores e nós começamos a retomar com essas atividades (S3).

Sim, religioso-histórico. Tem muita tradição ligada ao parque... se pudesse trazer uma pesquisa para cá para gerar um calendário de evento religioso (S4).

#### **4.1.8 Você acha que uma consulta aos usuários poderia ajudar na sua decisão de qual atividade implantar?**

Há um reconhecimento por parte dos entrevistados da necessidade de consultar os usuários. As UC que dizem não consultar, na verdade fazem uso da consulta aos seus conselhos:

[...] sim, consultaria a população, isto aqui é para ela, o fim é público (S1).

[...] a gente tem um formulário de impressão de satisfação do visitante. ... muitas informações nesses formulários são tabulados mensalmente (S3).

Sim, no caso, gostaria que a instituição de pesquisa buscasse estas informações junto aos usuários em geral e a população do entorno, gerando este produto que é uma forma de fomentar a atividade de lazer na Unidade (S4).

#### **4.1.9 Fale o que significa para você gerenciar essas atividades**

Os entrevistados consideram que gerenciar é um desafio e que encontram muitas dificuldades no que tange a interação natureza/usuários, por conta da falta de conhecimento técnico em AL e, principalmente, da falta de recursos financeiros. Observou-se que os gerentes não veem sua atuação como um dever.

As recreativas principalmente. É um desafio, minha formação não cabe isto, tanto minha formação quanto a minha experiência profissional. [...] é um choque você lidar com o público é muito difícil...(S1)

Fica difícil conseguir apoio com parceria, as pessoas não têm o olhar assim pela Unidade. Estamos muito sucateados... falta muita evolução para as Unidades (S2).

Não só a atividade de lazer, você está trabalhando junto à natureza, com ela e com o uso público, é uma coisa muito desafiadora (S3).

#### **4.1.10 Como você identifica a relação teoria e prática do uso das AL na UC?**

Detecta-se que a maioria possui a Teoria (PM), mas esta se encontra diferente da Prática (AL) sugerindo um distanciamento da realidade. Os entrevistados reconhecem a necessidade de atualização constante do PM, em decorrência do dinamismo das UC em relação as AL e seus usuários.

Destaca-se que as AL estão acontecendo em todos os parques de forma organizada ou não. A teoria, diferente da prática, pode levar a crer que o PM não está sendo seguido ou não é para ser seguido por vários motivos:

O PM não enxergou isto não teria como enxergar, no ano que ele foi feito não teria como imaginar o que colocaria neste plano, não conseguiria enxergar isto, não tem como (S1)

O PM não é suficiente para ser seguido, ele está de certa forma, atrasado e em alguns pontos ele tem coisas que nós não temos infraestrutura, então está avançado demais, fica assim: não encaixa (S2).

Eu não vejo o PM como uma tábua da salvação. ... tem pessoas que acham que o parque tem que ter o PM, que o PM vai resolver tudo, não, não é isso, se fosse isso eu botava o debaixo do braço pronto, melhor parque, sem problemas (S3).

O PM é só uma base para dar o norte, mas muita coisa que está aqui, por exemplo, mapeamento de trilha já foi feito, então tem que ir além disso (S4).

#### **4.1.11 Como a UC promove o uso das AL?**

O que está sendo promovido continua à mercê da vocação natural da área e boa vontade da gerência (experiência) e vontade do visitante (experiência), ou seja, continua faltando um direcionamento estratégico:

Eu tenho duas formas de promover a atividade de recreação aqui dentro, uma é espontânea de livre acesso que eu não tenho controle [...] a outra é organizada, pelo parque (S1).

A gente não faz divulgação do parque enquanto atrativo de lazer, mas também não ficamos implicando aonde está sendo feito (S4).

## 5 DISCUSSÃO

### 5.1 As categorias emergentes

Ressalta-se que, neste momento, todos os códigos estabelecidos não foram utilizados para composição das categorias e subcategorias. Foram destacados do texto aqueles considerados pertinentes ao problema estudado, o qual se refere à integração entre teoria e prática nas UC.

De acordo com a leitura e análise dos dados, ao final do estudo foram estabelecidas três grandes categorias: CARACTERIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E GERENCIAMENTO, sendo esta última adotada como categoria principal.

#### 5.1.1 Categoria: Caracterização

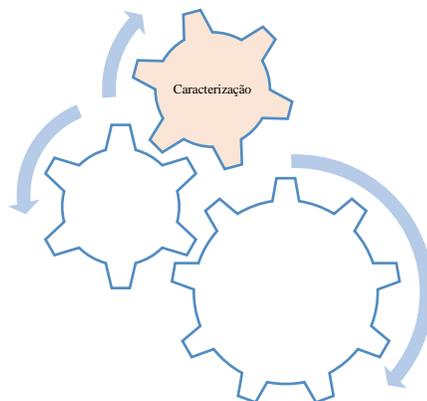


Figura 7 Categoria: Caracterização

Fonte: Criado pela autora: 2015.

Todos os entrevistados confirmam a existência das AL em suas Unidades estando elas no PM ou não e percebe-se uma falta de entendimento e domínio sobre elas.

A criação do SNUC, já mencionado anteriormente, surgiu das discussões e pressões advindas de situações diversas e não contemplou a todos os estudiosos da área. Revendo o documento SNUC deparou-se com o seguinte:

Data de 1913 a primeira solicitação de criação do Parque Nacional do Itatiaia, proposta pelo botânico Albert Löfgren ao Ministério da Agricultura. A proposta teve grande apoio da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, especialmente de José Hubmayer, que defendeu vigorosamente a ideia de se instalar um Parque Nacional na região afirmando que o Parque Nacional do Itatiaia, sem igual no mundo, estaria às portas da bela capital, oferecendo, portanto, aos cientistas e estudiosos, inesgotável potencial para pesquisas as mais diversas, além de oferecer um retiro ideal para a reconstituição física e psicológica após o trabalho exaustivo nas cidades. Outros sim, apresentaria fonte de satisfação a excursionistas e visitantes curiosos dos atrativos da natureza local (BRASIL, 2000b, p. 4).

Percebe-se, desde o início, a menção da valorização em se oferecer para a população um local em que se pudesse ir para a reconstituição física e psicológica após o trabalho exaustivo nas cidades. Essa visão, sobre o valor da atividade de lazer nos parques, vem ao encontro das discussões históricas do lazer, algumas delas apresentadas no referencial teórico. Essa citação acima corrobora com alguns autores da época na forma em que o lazer era visto, como um fenômeno intrinsecamente ligado à industrialização, pois, nessa fase, o capitalismo o expande a todos os campos da atividade humana fora da esfera de produção. Nesse sentido, Marcellino (1995) discorre sobre uma visão funcionalista do lazer, dividindo-a em: romântica, utilitarista e compensatória. Ela é definida como reacionária e conservadora, busca a paz social, a manutenção da ordem, o controle social.

Segundo o autor, a visão romântica do lazer tem uma conotação positivista e feliz. Chegamos a fazer poesia com a palavra lazer que é considerada plena de alegria, beleza e liberdade. Na visão compensatória (REQUIXA, 1977),

o lazer deve ser usado para restaurar a dignidade humana, pois este foi reduzido a subproduto mecanizado que gasta suas energias em um trabalho inumano, o trabalho torna-se um meio de vida e não mais fonte de autor realização, ou seja, a função do lazer seria compensar a insatisfação e a alienação sofrida pelo trabalhador. A visão utilitarista reduz a função do lazer a de recuperar as forças e energias do trabalhador, ou sua utilização como instrumento de desenvolvimento.

Diante do exposto, as discussões conduzem para o entendimento de que o tempo de lazer deve ser considerado como um tempo privilegiado, que propicie mudanças sociais, morais e políticas. No entanto, pode-se perceber que na sociedade atual o que ocorre é o mesmo que ocorria antes, o antilazer, a negação do lazer, pois o tempo de lazer só serve para alimentar a alienação e manter as pessoas integradas ao modo de vida capitalista.

Se as discussões em torno do tema lazer tem se esforçado em trazer à tona um entendimento mais claro na área, outros autores estudam também a importante e necessária relação entre lazer e áreas naturais.

Os estudiosos do lazer continuam contribuindo para o entendimento da área, pois ela não é estanque, no entanto pode-se considerar que existe uma construção da teoria do lazer, desconhecida da grande maioria dos profissionais que atuam na área. Essa teoria não é nova, vem sendo formulada desde a filosofia clássica, ganhando impulso com a criação e desenvolvimento das Ciências Humanas, e tem recebido contribuições constantes da Sociologia, Antropologia, Arquitetura/Urbanismo, Comunicações etc. Tentando refletir sobre esses argumentos e os já mencionados no referencial teórico, percebe-se que apesar de toda essa contribuição e estudos não se verifica um entendimento do lazer/AFAN no âmbito dos parques. Não é possível simplesmente juntar o conceito de lazer/AFAN + Natureza e direcioná-los a prática das AL nos

parques, dada às características variadas do ambiente, do gerente, do usuário, da atividade, do PM.

Outra questão abordada observa-se que há a inserção, na maioria das UC, das AL no PM, apesar do distanciamento entre o PM existente e a realidade atual, mas os entrevistados reconhecem que os PMs devem ser atualizados.

Partindo do pressuposto que, segundo Capítulo IV, Artigo 27º, Inciso 3 do SNUC, o Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos, a partir da data de sua criação, isso leva a entender que existe um tempo considerável para que se planeje e implemente as AL, assim como as demais atividades do parque. No mesmo documento, em seu Capítulo II, Artigo 5º, sobre como o SNUC será regido, a diretriz do parágrafo IV menciona que:

[..] busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer [grifo nosso] e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação (BRASIL, 2000b, p.18).

O SNUC determina que as unidades de conservação devem dispor de um plano de manejo, orientador de todas as atividades a serem desenvolvidas. Por sua vez, a regulamentação determina a necessidade de um documento norteador para reger a elaboração dos planos de manejo para Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas, sendo esse documento o Roteiro Metodológico de Planejamento elaborado pelo IBAMA, em 2002. O roteiro apresenta os seguintes tópicos:

- a) Plano de Manejo.
- b) Características do Plano de Manejo.

- Elaboração do Plano de Manejo.
  - Conteúdo do Plano de Manejo.
- c) Análise da Unidade de Conservação.
- Planejamento.
  - Projetos Específicos.
  - Monitoria e Avaliação.
- d) Ordenamento das UC recém-criadas.

Esses tópicos apresentam suas respectivas subcategorias que abarcam o processo metodológico de organização do PM. No que tange às questões voltadas para o lazer, esse componente é superficialmente mencionado no tópico “Planejamento” na subcategoria “Zoneamento” que trata dos critérios indicativos para Vocação de Uso - Potencial de visitação:

Este critério diz respeito ao uso possível nas unidades de conservação, seja para recreação e lazer [grifo nosso] em parques nacionais ou educação ambiental em todas as categorias de manejo. Os atrativos que cada unidade de conservação apresenta devem ser condicionados aos usos permitidos por sua categoria de manejo. O desenvolvimento de atividades em contato com a natureza originou algumas atividades que utilizam técnicas especializadas, como canoagem, escalada e outros. Deve-se sempre ter em mente que estas atividades somente caberão em unidades de conservação se não apresentarem o caráter de competição (INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA, 2002, p. 94).

Ainda no tópico “Planejamento” na subcategoria “Zoneamento” o lazer aparece citado nas Zonas de Alta Intervenção/Zona de uso intensivo sendo admitidas atividades

[...] unicamente para parques nacionais: pesquisa, proteção, lazer e recreação, como: centro de visitantes, serviços autorizados como lanchonete, acampamento com infraestrutura completa, estacionamentos, locais para apoio à visitação, como mirantes, pontos de banho, piquenique e outros (IBAMA, 2002, p. 98).

Pode-se perceber que, diante dos depoimentos dos gerentes, todos reconhecem que a AL existe em seus parques, no entanto existe um descontentamento e insegurança dos mesmos em lidar com as AL e, nesse ponto, percebe-se uma honestidade nesses depoimentos, que podem ter sido provocados pelo não entendimento do que seja AL, remetendo, assim, a uma falta de domínio e competência de como lidar com essas atividades. Isso pode ser comprovado, ao lermos o SNUC e o Roteiro Metodológico de Planejamento, que são documentos norteadores, de referência nacional, destinados a fornecer as bases para a elaboração dos planos de manejo e que, aparentemente, em relação ao lazer, não o fazem. As atividades de lazer não são abordadas, pois como cita-se acima não há nenhum direcionamento de quais AL devem ser caracterizadas, implantadas e gerenciadas dentro dos parques.

Apesar do tempo livre se apresentar como uma conquista jurídica, sistematizada na legislação e comum a todos os indivíduos e do lazer ser um direito reconhecido como um fundamental/social, verifica-se que as conquistas históricas desse direito, não são compartilhadas e usufruídas por todos. O não entendimento do lazer por parte dos gerentes, a não abordagem das AL nos documentos oficiais de planejamento do PM, dificultará sobremaneira a oferta dessas atividades que, se corretamente planejadas, poderiam promover a conservação do meio ambiente, sustentando o bem-estar da população local, e envolvendo a interpretação e educação ambiental, assim como o entendimento de Ecoturismo definido pela The International Ecotourism Society (2015).

### 5.1.2 Categoria: Implantação

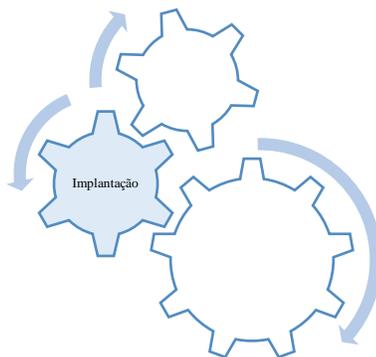


Figura 8 Categoria: Implantação

Fonte: Criado pela autora: 2015.

A instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), em 2000, consolidou o plano de manejo como ferramenta central do processo de gestão para todas as categorias de unidades de conservação (BRASIL, 2000a). Para o IBAMA (2002), em seu parágrafo XVII, o plano de manejo, é:

[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (IBAMA, 2002, p. 15).

No Artigo 27, estabeleceu-se que "todas as unidades de conservação devem dispor de um plano de manejo" e definiu a abrangência e os prazos de sua elaboração (BRASIL, 2000b).

De acordo com o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros (Dec. no 84.017, de 21 de setembro de 1979, em seu Artigo 6º) o Plano de Manejo é definido como:

[...] um projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determine o zoneamento de um Parque Nacional, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades (BRASIL, 1979, p. 2).

Nesse processo de construção dos planos de manejo, três fases distintas puderam ser identificadas. A primeira foi marcada pelo Decreto que estabeleceu a obrigatoriedade dos planos de manejo em 1979 e perdurou até 1996. A segunda foi à criação de um instrumento mais simplificado de planejamento, chamado de Plano de Ação Emergencial (PAE). Em 1993, o IBAMA publicou o “Roteiro Metodológico para a Elaboração de Planos de Ação para Implementação e Gerenciamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto” para orientar a elaboração do PAE (IBAMA, 1995). E o “Roteiro metodológico de planejamento – Parques Nacionais, Reserva Biológica, Estação Ecológica” (IBAMA, 2002) marca o início da terceira fase na evolução do processo de elaboração de planos de manejo para parques nacionais no Brasil.

Percebe-se que o processo de elaboração e implementação do PM foi extremamente variado e sofreu uma série de modificações ao longo do tempo visando ao seu aperfeiçoamento e embora em todas as metodologias para elaboração de Planos de Manejo exista uma previsão de revisão a cada cinco anos, a maioria dos Planos de Manejo não chegou sequer a ser implementada no Brasil.

Medeiros e Pereira (2011) realizaram um estudo com o objetivo de analisar a evolução do plano de manejo no contexto da gestão dos parques nacionais no país. A elaboração de planos de manejo para parques no Brasil foi

marcada pela existência de três referências metodológicas distintas, o que se refletiu na variedade de planos identificados para os cinco parques nacionais analisados no trabalho deles. Como padrão geral os planos de manejo não foram elaborados, nem revisados dentro dos prazos e periodicidade estabelecidos pela legislação, o que denota uma dificuldade na implementação desse instrumento, mesmo quase trinta anos após a sua instituição.

Santos (2011), em seu artigo sobre Parques Nacionais Brasileiros, constatou que, dos 57 PARNAS respondentes, 25 (43,86%) não possuem Planos de Manejo. Dos que o possuem 22 (68,75%) estão incompletos. Os dados existentes são poucos e, baseando-se nas respostas dos chefes, encontram-se defasados.

De volta às discussões dos resultados do estudo em questão, os gerentes entrevistados nos parques que tinham o PM, identificam que ele é uma base de consulta, mas não é suficiente e não retrata a realidade, pois deveria ser constantemente atualizado para a implantação das AL. Sendo assim, nos parques, o PM que deveria ser o norteador não norteia, forçando a buscar outros recursos e isso pode gerar um desgaste de tempo e energia, gerando ineficiência. Outro ponto a ser discutido, é o reconhecimento da necessidade de ajuda, e nenhum deles apontou um canal normatizador, de instrução ou de apoio para essa conexão, sendo que no Art. 5º do SNUC onde menciona sobre as diretrizes que regem esse Sistema, está bem claro que “haja busca de apoio e cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas” (BRASIL, 2000b, p. 18).

Em 2013, durante o Fórum Econômico Mundial, debatedores apontaram problemas em parques nacionais e sugeriram parcerias com o setor privado como alternativa para enfrentar a falta de infraestrutura. O que eles verificaram, é que não dá para contar somente com o orçamento público, é preciso buscar inovação. O setor privado pode contribuir para que mais recursos – e não apenas

recursos financeiros, mas recursos técnicos – possam ser aportados para essa agenda (BRASIL, 2014).

Wearing e Neil (2001) escrevem sobre áreas protegidas e a nova perspectiva da iniciativa privada envolver-se na prestação de serviço, assim como Kramer et al. (2002) dizem que a privatização da conservação pode assumir muitas formas, por meio de contratos para prover serviços específicos como alimentação e alojamento, por meio de parcerias público-privadas para o manejo do parque e outras atividades.

Se existem todas essas possibilidades em parcerias, qual é o motivo de os gerentes não usarem esses recursos?

Segundo IBAMA (2007), os indicadores relacionados aos objetivos das unidades de conservação e aos processos de tomada de decisão são os que mais contribuem para a efetividade de gestão do grupo de unidades de conservação. Percebe-se a necessidade de melhoria de uma série de itens relacionados aos diferentes elementos de gestão, especialmente de recursos humanos, infraestrutura, recursos financeiros, pesquisa, avaliação e monitoramento e resultados. Os pontos mais críticos do elemento insumos são a insuficiência de recursos humanos e instalações adequadas para visitantes

Pesquisando assuntos sobre algumas alternativas em ajuda para as tomadas de decisões em parques, deparou-se com o artigo que menciona sobre o papel da ciência nesse contexto. Nesse sentido, Lewis (2007) nos contempla com a consideração que, em tempos difíceis, quando as alocações para os parques não estão aumentando a uma taxa compatível com os custos, os administradores do parque são confrontados com decisões difíceis sobre as prioridades do parque e de pessoal: os programas que vão ser atualizados, que vão permanecer estáveis, que vão ser reduzidos, ou mesmo desaparecer? Estão também a fazer escolhas sobre os recursos e as questões de uso visitante em um contexto complexo e, muitas vezes, em uma atmosfera de divisão. Por mandato

e necessidade, a ciência é uma parte da equação de decisão. Quando a ciência é relevante, disponível e comunicada os resultados são melhores e as tomadas de decisões podem ser feitas de uma maneira mais fácil e eficiente.

Finalizando esse tópico sobre a implantação das atividades, quando perguntados sobre as dificuldades e/ou facilidades da implantação dessas atividades na UC, a ênfase nas dificuldades como a falta de recursos financeiros, humanos e de infraestrutura, foi predominante entre os entrevistados, enquanto que as facilidades não foram relatadas. Ora, com todos esses problemas encontrados e enfrentados nada mais natural do que essa predominância das falas nas dificuldades em gerenciar essas Unidades.

### 5.1.3 Categoria: Gerenciamento.

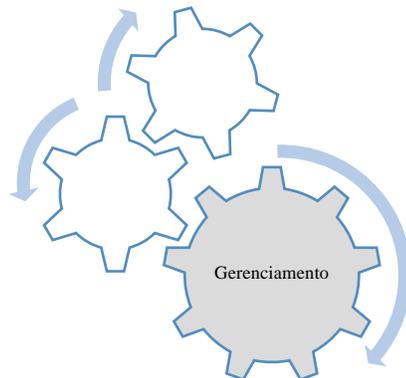


Figura 9 Categoria: Gerenciamento

Fonte: Criado pela autora: 2105.

Os entrevistados consideram que gerenciar é um desafio e que encontram muitas dificuldades no que tange à interação natureza/usuários por conta da falta de conhecimento técnico em AL e, principalmente, da falta de recursos financeiros. Bramante (1997) menciona que compreender o que é

recreação/ lazer na perspectiva de desenvolvimento não é uma tarefa simples, que dirá administrá-la. Independente da ferramenta administrativa adotada, toda organização existe para cumprir determinadas metas, visando a atingir determinados objetivos e o ato de planejar em AL, como em qualquer outra área de prestação de serviços, pode ser considerado como um exercício de futurologia, isto é ninguém planeja para o momento presente, mas sim para o futuro, seja ele próximo ou distante. O planejamento e a gestão de áreas protegidas são diferentes em vários países do mundo. Essas áreas são gerenciadas por meio de diferentes modelos em todo o mundo, em consonância com as prioridades e necessidades nacionais do país, e de acordo com os diferentes apoios institucional, legislativo e financeiro (KHAN, 2004).

Um grande número de áreas protegidas está "protegido" somente no papel, degradam com o tempo (DUDLEY et al., 1999), porque eles não têm uma gestão ativa (BRANDON; REDFORD; SANDERSON, 1998). Esses parques resultam de decisões mal planejadas de órgãos responsáveis pelas suas criações, quer para cumprir os seus compromissos ou para mostrar seu desempenho, pelo menos no papel.

Um plano de gestão é uma ferramenta básica de planejamento e gestão de parques em áreas protegidas, é um foco importante de responsabilidade pública, porque mantém os tomadores de decisão responsáveis (DEARDEN; BENNETT; JOHNSTON, 2005; THOMAS; MIDDLETON, 2004). No entanto, de acordo com uma pesquisa de Dearden, Bennett e Johnston (2005) sobre o gerenciamento em áreas protegidas em 41 países, os planos de gestão, em muitos deles, não têm base jurídica. Da mesma forma, os especialistas argumentam que, em muitos países, tais planos não estão sequer preparados apesar da designação de áreas protegidas (BERESFORD; PHILLIPS, 2000). Tal planejamento inadequado é responsável para a diminuição global da biodiversidade e a ineficiência das áreas protegidas na consecução de seus objetivos.

Em relação à organização das AL e se elas contemplaram os usos históricos da área antes de ser UC, os gerentes informaram que não há nenhuma recomendação e/ou diretriz orientando a eles que contemplem esses usos, ficando assim a mercê do gerente ou da comunidade. Percebe-se, em todos os parques participantes da pesquisa, que há uma forte pressão da religiosidade da comunidade em torno do parque, onde estas práticas já acontecem nas UC.

Nota-se um reconhecimento, por parte dos gerentes, da necessidade de consultar os usuários em relação à implantação das AL. Os gerentes que dizem não consultar, na verdade o fazem usando a consulta aos seus conselhos.

Detecta-se que a maioria possui o PM (Teoria), mas este se encontra diferente da Prática (AL) sugerindo um distanciamento da realidade. A prática amplia os horizontes teóricos (os descobrimentos das forças produtivas caem sob o controle do intelecto), sem que se reconheça sua origem. Não só aportam critérios de validade, mas também fundamentos e novos aspectos e soluções de um que fazer, e até meios ou instrumentos inovadores. É certo que existem diferenças específicas ou autonomia entre teoria e prática. Não são idênticas: não sempre a segunda torna-se teórica; tampouco a primazia da prática dissolve a teoria: às vezes a teoria adianta-se à prática, e existem teorias ainda não elaboradas como práticas. O que diz que a prática não obedece direta e imediatamente as exigências da teoria, mas sim suas próprias contradições, e que somente em última instância, depois de um desenvolvimento histórico, a teoria responde às práticas e é fonte destas.

Percebe-se que o PM é visto como uma especulação ou como “discurso vazio”, desvinculado da realidade vivida no concreto, e a AL, como uso, experiência desvinculada do PM o que a transforma, como regra, em tarefa ou ação desprovida de sentido.

Para nós, teoria e prática são indissociáveis, pois como nos diz Pereira (1983, p. 70):

[...] esta relação implica uma fundamental dependência da teoria com referência à prática. Uma dependência de fundamentação, já que a elaboração da teoria não pode dar-se fora do horizonte da prática. Só a prática é fundamento da teoria ou seu pressuposto. Em que sentido? No sentido de que o homem não teoriza no vazio, fora da relação de transformação tanto da natureza do mundo (cultural/social) como consequentemente, de si mesmo.

Portanto, na área de gerenciamento de parques, a teoria constitui-se em um corpo de conhecimentos que fundamenta e é fundamentado na própria prática profissional.

Reconhecem a necessidade de atualização constante do PM, em razão do dinamismo das UC em relação às AL e seus usuários. Destaca-se que as AL estão acontecendo em todos os parques de forma organizada ou não. A teoria diferente da prática pode levar a crer que o PM não está sendo seguido ou não é para ser seguido por vários motivos.

## **5.2 Validação do esquema teórico**

As teorias podem ser desenvolvidas com base na indução e/ou dedução. Na TF, a construção de teoria requer a interação entre o fazer induções (indo do específico para o amplo), derivando conceitos a partir dos dados, e o fazer deduções (indo do amplo para o específico), gerando hipóteses sobre as relações entre os conceitos ou hipóteses derivadas dos dados, a partir da interpretação (BACKES et al., 2011).

Segundo Rocha (2008, p. 37), a validação da teoria pode ser feita de diversas maneiras, mas ela não é realizada no sentido de testar como ocorre nas pesquisas quantitativas e, sim, “é um processo de comparar conceitos e suas relações com os dados durante o ato de pesquisa para determinar o quanto eles são apropriados para tal investigação”.

No presente estudo, a validação do modelo teórico, ou seja, da teoria, foi realizada de duas maneiras. Primeiramente, voltou-se a comparar o esquema teórico construído com os dados brutos, delimitando melhor as categorias. Em um segundo momento, utilizou-se da estratégia de apresentação da teoria que emergiu dos dados aos sujeitos entrevistados os quais deveriam identificar-se ou não na teoria apresentada. Foi enviada aos entrevistados uma carta (APÊNDICE C) apresentando as categorias emergentes e a teoria aos sujeitos. Dos cinco gerentes entrevistados, três responderam à carta reconhecendo-se na teoria, dois gerentes não responderam (um foi desligado do cargo e outro não retornou a informação).

Nesse sentido, as teorias desenvolvidas pelos métodos qualitativos são uma reconstrução da verdade ou o desenvolvimento de novas perspectivas em relação a um determinado fenômeno social (ROCHA, 2008). Em outras palavras, a teoria construída a partir de dados desta pesquisa pode parecer mais com a realidade, melhorar o entendimento, oferecer maior discernimento e fornecer um guia importante para a ação.

### **5.3 O esquema teórico**

Como momento final do método utilizado, apresenta-se o esquema teórico resultante da análise dos dados e do reconhecimento dos sujeitos na teoria apresentada. Neste esquema, as categorias descritas anteriormente aparecem de modo isolado, oferecendo uma visão geral do processo analisado.

O esquema teórico recebe o título - Plano de Manejo e Atividades de Lazer: nem teoria, nem prática, um modelo insustentável - o qual, de acordo com Charmaz (2009), pode ser retirado do próprio discurso dos sujeitos, o que foi o caso do presente estudo.



gerenciamento, formando, assim, um novo esquema teórico - Plano de Manejo e Atividades de Lazer: teoria e prática, um modelo sustentável.

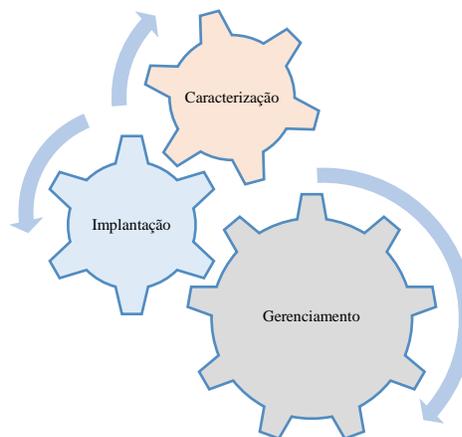


Figura 11 Plano de Manejo e Atividades de Lazer: teoria e prática, um modelo sustentável

Fonte: Criado pela autora: 2015.

Enquanto isso não acontece, apesar da existência de algumas condições pouco favoráveis, os gerentes se limitam a adotar certos procedimentos, medidas, ações e posturas no sentido de concretizar a intenção de entender e reconhecer as AL.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, decidiu-se iniciar as investigações sob a perspectiva dos gerentes de UC na relação teoria e prática com o intuito de entendermos como esse processo vem ocorrendo e, de forma alguma, na intenção de encontrarmos culpados para justificar a realidade.

Em relação ao modo em que os gerentes reconhecem a existência da AL e, ao mesmo tempo, revelam uma falta de entendimento e domínio destas atividades, o discurso dos sujeitos nos revelou que eles atribuem grande importância as AL em suas Unidades, mas também uma dificuldade de entendimento do que sejam elas. No que tange aos aspectos de sua oferta, estas se apresentam de forma diversificada, remetendo assim a um sentimento de falta de domínio e competência em lidar com a situação.

Trabalhar com as atividades na natureza exige mais que familiaridade com questões socioambientais e com conceitos sobre lazer, exige um envolvimento dinâmico, intenso, inovador e muito responsável. Somente assim, as atividades na natureza se consumarão como oportunidades não apenas para se tomar decisões (momentâneas) sobre determinada prática, mas, principalmente, para o desenvolvimento de uma sensibilidade mais profunda. Ou seja, as experiências na natureza podem, efetivamente, contribuir para o despertar de uma sensibilidade e de uma responsabilidade ambiental coletiva, contribuindo, até mesmo, para impulsionar o estabelecimento de políticas em níveis local e global.

A partir desse pressuposto, mesmo com todas essas fragilidades, os gerentes demonstram esforço em gerenciar as AL, mas percebe-se que os objetivos específicos prescritos e mencionados pelos gerentes, em relação aos planos de manejo dos parques visitados, são de pouco ou nenhum uso para os gerentes e técnicos, não ajudam a distribuir os funcionários em equipe, a alocar

verbas ou a selecionar as parcerias ou temas para se dedicar mais. Na verdade, os objetivos específicos, tal qual são definidos, sequer resumem as prioridades, enfoques de planejamento ou as atividades de manejo. Assim, eles são quase que convenção, sem aplicação clara, faltando lógica definida para os mesmos nos roteiros metodológicos.

Em seu trabalho de tese sobre aplicabilidade dos planos de manejo de oito parques nacionais do sul e sudeste do Brasil, Zeller (2008) menciona que, em geral, nos planos de manejo e documentos correlatos são propostas áreas em excesso para a visitação pública e muitas estruturas, mas os meios definidos para efetivá-las fogem da capacidade de realização local e até das possibilidades conjunturais, de acordo com parcela dos técnicos de todos os parques. Em parte dos parques, tal excesso de propostas para o público é claramente incompatível com as informações socioeconômicas apresentadas nos próprios planos, que evidenciam um contexto impróprio para o turismo, com estradas em péssimo estado e rede de serviços bastante limitada (hotéis, pousadas, farmácias, bancos, restaurantes, etc.).

Ainda, o rumo que os planos traçam para as atividades de visitação não apresenta o caráter gradativo recomendável para a implementação dos parques (LEE; MIDDLETON, 2003; MILLER, 1980). Assim, antes de definir propostas e inclusive a concessão de serviços, seria importante avaliar se a visitação não prejudicaria as outras linhas de ação e, também, se é algo aplicável e desejável na realidade dos parques.

Esta pesquisa corrobora com Zeller (2008) no que se refere ao manejo do uso público nos parques quando diz que este é insuficiente e pode comprometer uma experiência de qualidade para os visitantes, essa realidade mostrada se deve, também, aos planos de manejo que, historicamente, não ofereceram informações práticas, na maioria das vezes desatualizadas e

dificultam o manejo com muitas propostas incompatíveis com a capacidade de realização local.

Com este trabalho, foi possível identificar as condições e os contextos sob os quais específicas ações, intenções e processos emergiram na atividade de relação entre teoria e prática na implantação das atividades de lazer nas UC.

A teoria construída, neste estudo, ajuda a compreender melhor a realidade, desperta a reflexão e a análise crítica sobre a mesma, leva a evitar a naturalização e a banalização dos fenômenos, ao incluir elementos científicos que proporcionam a análise e o entendimento da realidade, como também podem provocar mudanças, transformações e inovações, tanto em nível pessoal, como profissional e institucional.

## REFERÊNCIAS

- ANSARAH, M. G. R. Cultura e suas manifestações no cotidiano urbano: aspectos do turismo e do lazer cultural brasileiro. In: CORRÊA, T. G. (Org.). **Turismo e lazer: prospecções da fantasia do ir e vir**. São Paulo: Edicon, 1996. p. 51-61.
- ATHAYDE, P. F. A. O direito ao lazer e as novas expressões da “questão social” frente à (ir) realidade brasileira. **Licere**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 1-31, jun. 2013.
- BACHELADENSKI, M. S.; MATIELLO JUNIOR, E. Contribuições do campo crítico do lazer para a promoção da saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 2569-2579, 2010.
- BACKES, M.T. S. et al. Desenvolvimento e validação de teoria fundamentada em dados sobre o ambiente de unidade de terapia intensiva. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 769-775, 2011.
- BEDIMO-RUNG, A. L. et al. The significance of parks to physical activity and public health: a conceptual model. **America Journal of Preventive Medicine**, New York, v. 28, n. 2S2, p. 159-168, 2005.
- BELLINASSI, S.; PAVÃO, A. C.; CARDOSO-LEITE, E. Gestão e uso público de unidades de conservação: um olhar sobre os desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 274-293m 2011.
- BERESFORD, M.; PHILLIPS, A. Protected landscapes: a conservation model for the 21<sup>st</sup> century. **The George Wright Forum**, Hancock, v. 17, n. 1, p. 15-26, 2000.
- BETRÁN, J. Rumo a um novo conceito de ócio ativo e turismo na Espanha: atividades físicas de aventura na natureza. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. (Ed.). **Turismo, lazer e natureza**. Barueri: Manole, 2003. p. 157-202.
- BRAMANTE, A. C. Qualidade no gerenciamento do lazer. In: BRUHNS, H. T. (Org.). **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 123-147.
- BRANDÃO, L. Esportes de ação: notas para um estudo acadêmico. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 32, n. 1, p. 59-73, 2010.

BRANDON, K.; REDFORD, K. H.; SANDERSON, S. E. **Parks in peril:** people, politics and protected areas. Washington: The Nature Conservancy, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/constituicao\_federal\_35ed.pdf>. Acesso em: 5 maio 2015.

BRASIL. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 25538, 23 jan. 1934. Disponível em: <<http://www.if.ufrj.br/inst/monografia/Monografia%20Caio%20Marcio%20Proetti%20Esteves.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2013.

BRASIL. **Decreto nº 84.017**, de 21 de setembro de 1979. Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Brasília, 1979. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_Legislativo\\_n\\_84.017\\_de\\_21\\_de\\_setembro\\_de\\_1979.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_Legislativo_n_84.017_de_21_de_setembro_de_1979.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 jul. 2000a. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm)>. Acesso em: 5 maio 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Debatedores apontam problemas em parques nacionais e sugerem parcerias privadas**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/turismo/471126-debatedores-apontam-problemas-em-parques-nacionais-e-sugerem-parcerias-privadas.html>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais**. Brasília, 2005. 44 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Pilares para a sustentabilidade financeira do sistema nacional de unidades de conservação**. Brasília, 2009. (Série Áreas Protegidas, 7). Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008\\_dap/\\_publicacao/149\\_publicacao06112009092144.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap/_publicacao/149_publicacao06112009092144.pdf)>. Acesso em: 8 jul. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades Conservação - SNUC**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-UC-snuc>>. Acesso em: 8 jul. 2013.

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo congresso Nacional**. 2. ed.ampl. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000b. 76 p. (Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: Série Conservação e Áreas Protegidas, 18).

BRÊTAS, Â. Recreação e a psicologia sócio-histórica: novas bases, novos caminhos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 10., 1997, Goiânia. **Anais...** Goiânia: Potência, 1997. p. 1050-1056.

BRITO, M. C. W. de. Unidades de conservação: intenções e resultados. In: VEIGA, J. E. da (Org.). **Ciência ambiental: primeiros mestrados**. São Paulo: USP, 1998. p. 209-228.

CAMARGO, L. O. de L. **Educação para o lazer**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1998. 192 p.

CARVALHO, Y. M. de. O “mito” da atividade física: uma reflexão do corpo. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 9., 1998, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 1998. 1 CD-ROM.

CASTRO-GÓMES, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 80-87. (Perspectivas Latinoamericanas. Colección SurSur).

CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 272 p.

CLARK, R. Promises and pitfalls of the ROS in resource management. **Australian Parks and Recreation**, Norwood, v. 1, p. 9-13, May 1982.

CLARK, R.; STANKEY, G. **The recreation opportunity spectrum: a framework for planning, management and research**. Washington: USDA, 1979. 34 p. (USDA Forest Service General Research Paper PNW-98).

COHEN, D. A. et al. Parks and physical activity: why are some parks used more than others? **Preventive Medicine**, San Diego, v. 50, p. 9-12, Jan. 2010.

DANTAS, C. D. C. et al. Teoria fundamentada nos dados: aspectos conceituais e operacionais: metodologia possível de ser aplicada na pesquisa em enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 4, jul./ago. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/rlae/v17n4/pt\\_2](http://www.scielo.br/pdf/rlae/v17n4/pt_2)>. Acesso em: 6 maio 2013.

DEARDEN, P.; BENNETT, M.; JOHNSTON, J. Trends in global protected area governance, 1992-2002. **Environmental Management**, New York, v. 36, n. 1, p. 89-100, 2005.

DIAS, C. A. G. Notas e definições sobre esporte, lazer e natureza. **Licere**, Belo Horizonte, v. 10, n. 3, p. 1-36, 2007.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998. 169 p.

DRIVER, B. L. et al. **Benefits of leisure**. State College: Venture, 1991. 483 p.

DUDLEY, N. et al. Challenges for protected areas in the 21st century. In: STOLTON, S.; DUDLEY, N. (Ed.). **Partnerships for protection: new strategies for planning and management for protected areas**. London: Earthscan, 1999. p. 3-12.

DUMAZEDIER, J. **Questionamento teórico do lazer**. Porto Alegre: PUC-RS, 1975.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1999. 244 p.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004. 408 p.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. New Brunswick: Aldine Transaction, 2007. 271 p.

GODBEY, G. C. et al. **The benefits of local recreation and park services: a nationwide study of the perceptions of the American public.** Ashburn: National Recreation and Park Association, 1992. 140 p.

GOMES, A. M. R.; FARIA, E. L. **Lazer e diversidade cultural.** Brasília: SESI/DN, 2005.

GOMES, C. L. Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento. **Licere**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 1-25, set. 2011.

GOMES, C. L. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas.** 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 151 p.

GOMES, C. L. Ocio, recreación e interculturalidad desde el “Sur” del mundo: desafíos actuales. **Revista Polis**, Santiago, v. 26, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.revistapolis.cl/polis%20final/26/art09.htm>>. Acesso em: 4 ago. 2013.

HO, C. H. et al. Gender and ethnic variations in urban park preferences, visitation, and perceived benefits. **Journal of Leisure Research**, Washington, v. 37, n. 3, p. 281-306, 2005.

INÁCIO, H. L. D. et al. Travessuras e artes na natureza: movimentos de uma sinfonia. In: SILVA, A. M.; DAMIANI, I. R. (Org.). **Práticas corporais.** Florianópolis: Nauembla, 2005. p. 81-105.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Efetividade de gestão das Unidades de Conservação Federais do Brasil.** Brasília: IBAMA-WWF, 2007. 96 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Roteiro metodológico de planejamento para parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas.** Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/roteiroparna.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Roteiro metodológico para a elaboração de planos de ação emergencial das unidades de conservação de uso indireto.** 3. ed. Brasília, 1995. 24 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Boletim regional, urbano e ambiental**. 3. ed. Brasília, 2009. 130 p.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Unidades de conservação**. Disponível em: <<http://uc.socioambiental.org/o-snuc/>>. Acesso em: 5 maio 2013.

INTERNATIONAL ECOTURISM SOCIETY, THE. **Whatis ecotourism?** Disponível em: <<https://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism>>. Acesso em: 1 fev. 2015.

JACOBS, J. **Death and life of great American cities**. New York: Random House, 1961. 458 p.

KHAN, M. Z. Protected areas with reference to Pakistan. **Journal of Natural History Wildlife**, Seattle, v. 3, n. 1, p. 7-12, 2004.

KRAMER, R. et al. O papel do setor privado no estabelecimento de manejo de áreas protegidas. In: SPERGEL, B. et al. (Org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: UFPR/Fundação O Boticário, 2002. p. 363-380.

LARIZZATTI, M. F. **Lazer e recreação para o turismo**. Rio de Janeiro: Sprint, 2005. 224 p.

LEE, T.; MIDDLETON, J. **Guidelines for management planning of protected areas**. Gland: IUCNWCPA, 2003. 79 p.

LEGATES, R.; STOUT, F. **Early urban planning: 1870-1940**. 9<sup>th</sup> ed. London: Routledge/Thoemmes, 1998.

LEUZINGER, M. D. Uso público em unidades de conservação. In: CONGRESSO DE DIREITO AMBIENTAL DA PUC-RIO, 1., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: PUC, 2011. Disponível em: <[http://www.nima.pucRio.br/aprodab/artigos/uso\\_publico\\_em\\_unidades\\_de\\_conservacao\\_mar\\_cia\\_leuzinger.pdf](http://www.nima.pucRio.br/aprodab/artigos/uso_publico_em_unidades_de_conservacao_mar_cia_leuzinger.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2013.

LEVACOV, M. **Grounded theory: teoria fundamentada nos ou em dados**. Disponível em: <<http://mpegc.blogspot.com.br/2010/05/grounded-theory-teoria-fundamentada-nos.html>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

LEWIS, S. The role of science in national park service decision-making. **Integrating Science and Management**, Michigan, v. 2, n. 2, p. 36-40, 2007.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus, 1987. 144 p.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1995. 144 p.

MARCELLINO, N. C. **Pedagogia da animação**. Campinas: Papirus, 1997. 128 p.

MARINHO, A. Natureza, tecnologia e esportes: novos rumos. **Conexões**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 60-69, 1999.

MEDEIROS, R.; PEREIRA, G. S. Evolução e implementação dos planos de manejo em parques nacionais no estado do Rio de Janeiro. **Revista Árvore**, Viçosa, MG, v. 35, n. 2, p. 279-288, 2011.

MILLER, K. **Planificación de parques nacionales para elecodesarrollo en Latinoamérica**. Madrid: Fundación para la Ecología y La Protección Del Medio Ambiente, 1980. 500 p.

MORSELLO, C. Unidades de conservação públicas e privadas: seleção e manejo no Brasil e Pantanal Mato-Grossense. In: JACOBI, P. R. (Org.). **Ciência ambiental: os desafios da interdisciplinaridade**. São Paulo: Annablume, 1999. p. 333-358.

MOTA, J. **A atividade física no lazer: reflexões sobre a sua prática**. Lisboa: Livros Horizonte, 1997. 104 p.

MUNHOZ, J. F.; GONÇALVES JUNIOR, L. Atividades físicas de aventura na natureza: trajetória na região de São Carlos. In: CONGRESSO CIENTÍFICO LATINO AMERICANO UNIMEP/FIEP, 3., 2004, Piracicaba. **Anais...** São Carlos: UFSCar, 2004. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/~defmh/spqmh/pdf/afan.PDF>>. Acesso em: 8 dez. 2014.

PARKIN, D. et al. Providing for a diverse range of outdoor recreation opportunities: a “micro-ROS” approach to planning and management. **Australian Parks and Leisure**, Norwood, v. 2, n. 3, p. 41-47, 2000.

- PEREIRA, O. **O que é teoria?** São Paulo: Brasiliense, 1983. 96 p.
- PIMENTEL, G. G. de A. Esportes na natureza e atividades de aventura: uma terminologia aporética. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, set. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32892013000300012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892013000300012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 9 dez. 2014.
- REQUIXA, R. **O Lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977. 111 p.
- ROCHA, L. de O. da **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 288 p.
- SANTIN, S. Perspectivas na visão da corporeidade. In: MOREIRA, W. W. (Org.). **Física e esportes: perspectivas para o século XXI**. Campinas: Papirus, 1992. p. 51-69.
- SANTOS, A. A. Parques nacionais brasileiros: relação entre planos de manejo e a atividade ecoturística. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 141-162, 2011.
- SHOHAT, E.; STAM, R. **Crítica da imagem eurocêntrica**. São Paulo: Cosac Naify, 2006. 536 p.
- SILVA, D. A. M. da et al. **Importância da recreação e do lazer**. Brasília: Ideal, 2011. 52 p. (Cadernos Interativos - Elementos para o Desenvolvimento de Políticas, Programas e Projetos Intersetoriais, Enfatizando a Relação Lazer, Escola e Processo Educativo, 4).
- STANKEY, G.; WOOD, J. The recreation opportunity spectrum: an introduction. **Australian Parks and Recreation**, Norwood, v. 4, p. 6-14, Feb. 1982.
- STRAUSS, A. **Qualitative analyses for social scientist**. Cambridge: Cambridge University, 1987. 336 p.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basics of qualitative research: grounded theory, procedures and techniques**. Newbury: SAGE, 1990. 272 p.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2008. 288 p.

SUASSUNA, D. M. F. de A.; AZEVEDO, A. Políticas públicas para o esporte e o lazer no Brasil: 1996-2005. In: AZEVEDO, A. (Org.). **Política e lazer: interfaces e perspectivas**. Brasília: Thesaurus, 2007. (Coleção Dossiê). Disponível em: <<http://observatoriodoesporte.org.br/politicas-publicas-para-o-esporte-e-o-lazer-no-brasil-1996-2005/>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

TAHARA, A. K.; DIAS, V. K.; SCHWARTZ, G. M. A aventura e o lazer como coadjuvantes do processo de educação ambiental. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 1-12, nov. 2006.

TAHARA, A. K.; SCHWARTZ, G. M. Atividades de aventura na natureza: investindo na qualidade de vida. **Lecturas**, Buenos Aires, año8, n. 58, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>>. Acesso em: 8dez. 2014.

THOMAS, L.; MIDDLETON, J. **Guidelines for management planning for protected areas**. Gland: IUCN, 2004. 80 p.

UVINHA, R. R. **Juventude, lazer e esportes radicais**. Barueri: Manole, 2001. 108 p.

VALLEJO, L. R. Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 8, p. 77-106, 2003.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. São Paulo: Manole, 2001. 352 p.

ZELLER, R. H. **Aplicabilidade dos planos de manejo de oito parques nacionais do sul e sudeste do Brasil**. 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2008.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Nome: \_\_\_\_\_

Prezado(a) Senhor(a)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Compreensão entre teoria e prática na implantação de atividades de lazer em unidades de conservação”. Participando como voluntário do estudo, a sua identidade não será identificada, você terá a garantia de sigilo dos resultados individuais que serão confidenciais e não terá qualquer despesa por participar da pesquisa. Além disso, não há previsão de ressarcimento, pois não há risco previsível pela participação na pesquisa. Você terá a garantia de qualquer esclarecimento a respeito da pesquisa, antes durante ou depois da sua realização.

Para sua autorização e participação na pesquisa você deve ler atentamente as informações que seguem abaixo (qualquer dúvida será prontamente esclarecida pela pesquisadora responsável) e ao final deste documento assinar o termo de consentimento. Este documento será assinado em duas vias (uma para o pesquisador responsável e outra para o participante).

#### I - TÍTULO DO TRABALHO EXPERIMENTAL:

“Compreensão entre teoria e prática na implantação de atividades de lazer em unidades de conservação.”

Pesquisadora Responsável:

Maria Rachel Vitorino

#### II – JUSTIFICATIVA

A importância desse estudo está relacionada à necessidade da elaboração de uma formulação conceitual para implantação de atividades de lazer para uso público.

#### III – OBJETIVOS

O objetivo da pesquisa será compreender a relação entre teoria (plano de manejo) e prática do uso público (atividades de lazer) em Unidades de Conservação ao sul de Minas Gerais - Brasil. Os resultados permitirão a construção de uma teoria confiável que seja capaz de desenvolver esta área de estudo.

#### IV - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS AMOSTRA

No presente estudo, os critérios para a seleção da amostra serão:

- aceitar a participação no estudo;
- ser chefe de uma Unidade de Conservação (constituída de 10 chefes);
- atuar na unidade que deverá ser de uso público (poderá ter a atividade recreativa implantada ou a ser implantada);
- ter participado ou irá participar do processo de implantação da atividade recreativa.

A entrevista será o instrumento para a coleta de dados. Charmaz (2009) refere-se à entrevista intensiva como a mais adequada para o método da Teoria Fundamentada, pois permite alto grau de detalhamento sobre um tópico ou experiência, o que é útil para a investigação interpretativa. A coleta será efetuada até acontecer à saturação teórica, ou seja, até ocorrer à repetição ou a ausência de dados. Aqui as perguntas serão amplas e abertas. O local e o horário da coleta de dados serão definidos segundo a conveniência do participante da pesquisa. Todas as entrevistas serão gravadas e transcritas na íntegra. Ao final de cada grupo de duas entrevistas serão realizadas análises dos dados obtidos. Os dados serão coletados e analisados concomitantemente, descrevendo, portanto, as primeiras reflexões no início da fase de coleta. Esse processo denomina-se análise constante. O método é circular e, por isso, permite ao pesquisador mudar o foco de atenção e buscar outras direções, reveladas pelos dados que vão entrando em cena (DANTAS; ANDRADE; STIPP, 2009).

Em seguida, os TCLE serão encaminhados aos participantes da pesquisa e, após assinados dar-se-á o início da coleta de dados.

#### V - DESCONFORTOS E RISCOS PREVISÍVEIS

Não estão sendo considerados riscos aos participantes desta pesquisa. Se existir desconforto ao realizar a entrevista existe a possibilidade da total liberdade do entrevistado em deixar de participar da pesquisa a qualquer momento que desejar.

#### VI – BENEFÍCIOS

Reflexão sobre o tema pesquisado, além de orientar os chefes de Unidades de Conservação para a descoberta de regularidades que permitirão identificar categorias da ação, suas propriedades e conexões que conduzirão a elaboração de uma formulação conceitual para implantação de atividades para uso público, formulação esta que explicitará o processo das escolhas das atividades pelos chefes de UC.

### VII - RETIRADA DO CONSENTIMENTO

O participante tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo.

### VIII – CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA

Os critérios para suspender ou encerrar as pesquisas poderão ser de ordem operacional, inclusive pela possibilidade de haver recusas em participar do estudo. A pesquisa será imediatamente suspensa caso o pesquisador considerar pertinente, sendo o COEP devidamente informado.

### IX - CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu \_\_\_\_\_,  
certifico que, tendo lido as informações acima e suficientemente esclarecido (a) de todos os itens, estou plenamente de acordo com a realização desta pesquisa. Assim, eu autorizo a execução do trabalho de pesquisa exposto acima.

Lavras, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

NOME(legível)\_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_

ASSINATURA\_\_\_\_\_

ATENÇÃO: A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvidas quanto aos seus direitos como voluntário de pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos na Pró-Reitoria de Pesquisa, Campus Universitário - Caixa Postal 3037 - Lavras -MG, CEP 37.200-000, Lavras/MG. Telefone: (35)3829-5182. Você também poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável por e-mail: mrachel@def.ufla.br ou pelo telefone (35)3829-1293 (Secretaria DEF).

**APÊNDICE B – Roteiro de temas geradores utilizados nas entrevistas**

1. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino
2. Formação Profissional: \_\_\_\_\_
3. Cargo ocupado na UC: \_\_\_\_\_
4. Atuação na UC: \_\_\_\_\_ (em anos)

*Entender como se apresenta a situação das atividades de lazer na UC em relação teoria/prática. Como e porque as atividades de lazer são ou não implantadas.*

5. Existem atividades de lazer na UC?
6. Se existem, descreva quais são as atividades.
7. Essas atividades estão inseridas no plano de manejo?
8. Quando foi a última atualização do plano de manejo?
9. Relate em que você se baseia (documento) para implantar a atividade recreativa na UC.
10. Se você se baseia em algum documento, qual seria ele?
11. Você considera que a recomendação desse documento é suficiente para ajudá-lo na implantação das atividades?
12. Se não se baseia em nenhum documento, qual ou quais são os critérios/métodos de implantação das atividades?
13. Houve ajuda de outros profissionais para a elaboração e implantação dessas atividades?
14. Fale sobre as dificuldades e/ou facilidades da implantação dessas atividades na UC.
15. A organização das atividades de lazer contemplou os usos históricos da área antes de ser UC?
16. Você acha que uma consulta aos usuários poderia ajudar na sua decisão de qual atividade implantar?
17. Fale o que significa para você gerenciar essas atividades na UC.
18. Como você identifica a relação teoria e prática do uso das atividades de lazer na UC?
19. Como a UC promove o uso das atividades de lazer?

## APÊNDICE C – Carta aos entrevistados para validação do modelo teórico

Prezado Gerente,

Estamos na etapa final do trabalho de tese dos estudos de doutorado na Universidade Federal de Lavras intitulada: **COMPREENSÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA IMPLANTAÇÃO DE ATIVIDADES DE LAZER EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**, e mais uma vez gostaria de contar com a sua colaboração. As entrevistas de 5 (cinco) gerentes foram transcritas e usando o método da abordagem interpretativa, os seguintes pontos emergiram sobre as atividades de lazer:

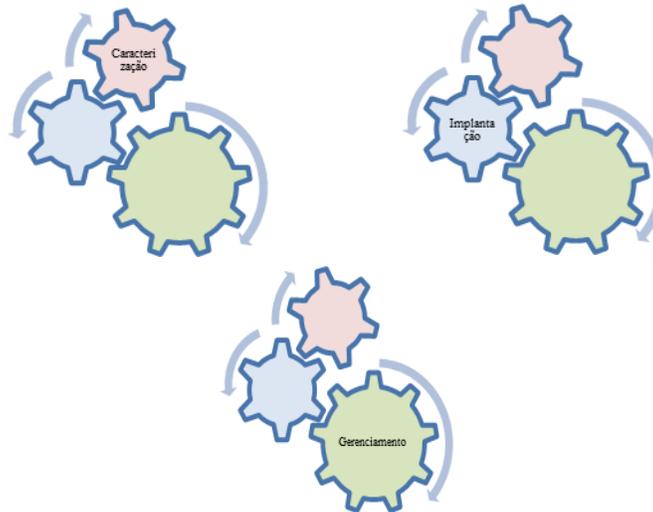
**CARACTERIZAÇÃO** da atividade de lazer, **IMPLANTAÇÃO** da atividade de lazer e **GERENCIAMENTO** dessas atividades, sendo esta última adotada como categoria principal.

**Caracterização:** Todos os entrevistados confirmam a existência das Atividades de Lazer em suas Unidades estando elas no Plano de Manejo ou não. Pode-se perceber que diante dos depoimentos dos gerentes todos reconhecem que a AL existe em seus parques, no entanto existe um descontentamento e insegurança dos mesmos em lidar com estas atividades.

**Implantação:** Os gerentes entrevistados nos parques que tinham o Plano de Manejo identificam que ele é uma base de consulta, mas não é suficiente e não retrata a realidade, pois deveria ser constantemente atualizado para implantação das AL. Sendo assim, nos parques, o PM que deveria ser o norteador não norteia, forçando a buscar outros recursos e isso pode gerar um desgaste de tempo e energia gerando ineficiência. Outro ponto a ser discutido, é o reconhecimento da necessidade de ajuda, e nenhum deles apontou um canal normatizador de instrução ou de apoio para essa conexão.

**Gerenciamento:** Os entrevistados consideram que gerenciar é um desafio e que encontram muitas dificuldades no que tange a interação natureza/usuários por conta da falta de conhecimento técnico em atividade de lazer e, principalmente pela falta de recursos financeiros. Nota-se um reconhecimento, por parte dos gerentes, da necessidade de consultar os usuários em relação à implantação das AL. Os gerentes que dizem não consultar, na verdade o fazem usando a consulta aos seus conselhos. Detecta-se que a maioria possui o PM (Teoria), mas este se encontra diferente da Prática (AL) sugerindo um distanciamento da realidade.

O Esquema Teórico: Como momento final do método utilizado, apresentou-se o esquema teórico resultante da análise dos dados.



Nesse esquema, as categorias descritas anteriormente: Caracterização, Implantação e Gerenciamento, aparecem de modo isolado oferecendo uma visão geral do processo analisado. O esquema teórico recebe o título - **Plano de Manejo e Atividades de Lazer: nem teoria, nem prática, um modelo insustentável.**

As engrenagens utilizadas para ilustrar a dinâmica das categorias (Figuras acima) estão desmontadas, pois estas categorias funcionam de formas isoladas, como pudemos perceber em todo o decorrer da pesquisa e que, foram evidenciadas pelos entrevistados.

O momento agora é saber:

1. Plano de Manejo e Atividades de Lazer: nem teoria, nem prática, um modelo insustentável realmente condiz com a situação enfrentada por você?
2. Você se reconhece na teoria apresentada?

## ANEXO

## ANEXO A – Aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** COMPREENSÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA IMPLANTAÇÃO DE ATIVIDADES RECREATIVAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: RE-CRIANDO CAMINHOS.

**Pesquisador:** Maria Rachel Vitorino

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 25200814.7.0000.5148

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Lavras

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 654.820

**Data da Relatoria:** 30/05/2014

**Apresentação do Projeto:**

Ok

**Objetivo da Pesquisa:**

Ok

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Ok

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Ok

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Ok

**Recomendações:**

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Projeto isento de pendências éticas.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Endereço:** Campus Universitário Cx Postal 3037

**Bairro:** PRP/COEP

**UF:** MG **Município:** LAVRAS

**Telefone:** (35)3829-5182

**CEP:** 37.200-000

**E-mail:** coep@nintec.ufla.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
LAVRAS



Continuação do Parecer: 654.820

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

LAVRAS, 21 de Maio de 2014

---

**Assinado por:**  
**Joziana Muniz de Paiva Barçante**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Campus Universitário Cx Postal 3037

**Bairro:** PRP/COEP

**CEP:** 37.200-000

**UF:** MG

**Município:** LAVRAS

**Telefone:** (35)3829-5182

**E-mail:** coep@nintec.ufla.br